



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
REITORIA



Protocolo nº: 567915/2016 Data: 10/11/2016 - 11:19
Sistema de Protocolo do Estado de Mato Grosso
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
Interessado(a): FAMMA
Assunto: ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS
Resumo: Criação e Implantação de Curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia a ser oferecido em Confresa, pelo P



0201679938155

ASSUNTO/PROCESSO (Nº _____)

Criação e implantação do curso de 2ª licenciatura em pedagogia a ser oferecido em Confresa - MT, pelo PARFOR.

PARTES INTERESSADAS

Coord. Pro. Reitoria de Ensino de Graduação FAMMA - Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia, Câmpus Universitário do Médio Araguaia - PARFOR / CAPES

JUNTADA

CONTOU-SE FLS. _____

DESTINO

DATA

DESTINO	DATA	

PROCESSO DE APROVAÇÃO DO CURSO DE 2ª LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

DIRETORIA DE GESTÃO DO PROGRAMA PARCELADAS PARFOR/CAPES /PROGRAMA EMERGENCIAL DE SEGUNDA LICENCIATURA.



Processo de aprovação do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia- Programa Emergencial do MEC/PARFOR oferecido pela UNEMAT /FAMMA- Faculdade Multidisciplinária do Campus Universitário do Médio Araguaia no Campus Universitário Médio Araguaia - Núcleo Pedagógico de Confresa - MT, apresentado às instâncias superiores desta Instituição para os encaminhamentos necessário ao processo de aprovação deste.



SUMÁRIO

1. **CAPÍTULO- IDENTIFICAÇÃO DA UNEMAT- BASE LEGAL E NORMATIVA**
 - 1.1 Histórico do Campus Universitário do Médio Araguaia
 - 1.2 Estruturas Curricular/Pressupostos Teóricos
 - 1.3 Formação Fundamental Básica
 - 1.4 Formação Específica
 - 1.5 Calendário Acadêmico
 - 1.6 Corpo Docente/Equipe de Trabalho
2. **CAPÍTULO- PARCERIAS**
 - 2.1 Prefeituras Consorciadas
 - 2.2 Outras Universidades
 - 2.3 Ministério de Educação e Cultura/CAPES/PARFOR
3. **CAPÍTULO- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**
 - 3.1 O ingresso nos cursos de Licenciaturas do PARFOR
4. **PROPOSTA DE PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO**
 - 4.1 Proposta de Operacionalização, normativas e resoluções para os cursos de licenciaturas.
 - 4.2 Formas de registros da Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e Atividades Complementares.
5. **CAPÍTULO- PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.**
 - 5.1 Apresentação
 - 5.2 Dados e Identificação do Curso
 - 5.3 Caracterização do Curso
 - 5.4 Justificativa do Curso
 - 5.5 Princípios Norteadores
 - 5.6 Base Legal
 - 5.7 Objetivos do Curso
 - 5.8 Perfil do Egresso
 - 5.9 Competências e Habilidades
6. **CAPÍTULO- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**
 - 6.1 Do Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia
 - 6.2 Os Objetivos do Estágio Supervisionado.
 - 6.3 Caracterização e Organização Metodológica.
 - 6.4 Avaliação do Estágio Supervisionado.
7. **CAPÍTULO- ATIVIDADE COMPLEMENTAR 100 h/a**
8. **CAPÍTULO- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC**
9. **CAPÍTULO- CURRÍCULO PLENO ADOTADO, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR.**
 - 9.1 Integralização do Curso
 - 9.2 Currículo do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia.
 - 9.3 Ementário e Indicação da Bibliografia Básica e Complementar.
10. **CAPÍTULO- REGIMENTO ADOTADO**
11. **DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA**
12. **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
13. **DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS.**



14. CAPÍTULO- LABORATÓRIO DE MULTIMÍDIA *CAMPUS UNIVERSITÁRIO MÉDIO ARAGUAIA*

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNEMAT – BASE LEGAL E NORMATIVA

Nome da instituição:	Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT
Nome da Mantenedora:	Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso FUNEMT
Base Legal de Criação e de Funcionamento:	<p>Lei nº. 707 de 20 de julho de 1978 cria o Instituto de Ensino Superior de Cáceres - IESC. Em 1985, através da Lei Estadual nº. 4.960, de 19 de dezembro de 1985, o Poder Executivo instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres - FUCUC. Em 1989, através da Lei Estadual nº 5.495, de 17 de julho de 1989, alterou-se a Lei n.º 4.960, para adaptação às normas da legislação de Educação, a fim de que passasse a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres - FCESC. Em 1992, através da Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro de 1992, a Fundação de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passa a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso - FESMAT, cuja estrutura organizacional, alterada pelo Decreto n.º1.236, de 17/02/92, foi implantada a partir de maio de 1993. Em 15 de dezembro de 1993, foi criada a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT pela Lei Complementar n.º 30. A UNEMAT teve seu primeiro credenciamento em 10/08/1999, ato realizado pelo CEE/MT, por 05 (cinco) anos. O último credenciamento ocorreu através da Portaria 002/2012-GAB/CEE/MT por seis (06) anos a partir de 22/03/2012, publicada no DOE em 21/03/2012.</p>
Normas Regulamentadoras Básicas:	<p>Lei Complementar nº 30 (Lei de criação). Lei Complementar nº. 319 (altera e revoga dispositivos da LC nº 30 de 15/11/1993). Lei Complementar nº. 320 de 30/06/2008 (PCCS docentes da Educação Superior da UNEMAT). Lei Complementar n.º 321 de 30/06/2008(PCCS Dos Técnicos da Educação Superior da UNEMAT). Resolução 001/2010- CONSUNI – Estatuto UNEMAT. Resolução 001/2010 – Conselho curador - (Dispõe sobre o Estatuto da UNEMAT).</p>
Endereço	<p>Sede Administrativa da UNEMAT: Avenida Tancredo Neves, nº. 1095 Bairros Cavalhada III Cáceres. Campus Universitário de Alta Floresta Perimetral Rogério Silva S/N – Residencial Flamboyant.</p>
Dirigentes	<p>Reitora Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo. Vice Reitor: Prof. Ms. Ariel Lopes Torres. DPPF do Campus: Prof. Ms Luiz Antonio Barbosa Soares</p>

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
Faculdade Interdisciplinar do Médio Araguaia
Campus Universitário -Médio Araguaia- Núcleo Pedagógico Confresa
CAPES - PARFOR / PROGRAMA EMERGENCIAL DE 2ª LICENCIATURA



UNEMAT - UGFPSP	
Fis. nº	Rubrica
04	J

Rua JK, s/n, Centro
Tel.: (66) 3564-1431

Site: www.unemat.br/ - e-mail: nucleoconfresa@unemat.br



1.1 Histórico do Campus Universitário do Médio Araguaia

Foi a partir do seminário de expansão em 1990 (11 a 13 de dezembro de 1990, conforme consta na tese) que, com articulações prévias, a universidade começou seu trabalho no interior do Estado, atendendo à demanda social, em especial àquela por formação de professores; adotando uma estrutura multicampi e a *filosofia de levar a universidade onde ela se fizer necessária, no tempo oportuno a cada comunidade*. (Mato Grosso: 1999, p.7). Foi criado o primeiro campus em Sinop e a seguir, a criação de campus em Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Nova Xavantina e Médio Araguaia em 23/09/91.

O Campus Universitário do Médio Araguaia tem sua sede na cidade de Luciara, distante aproximadamente mil e quinhentos quilômetros da cidade de Cáceres sede da Universidade. Foram implantados inicialmente três cursos de graduações: licenciaturas em Pedagogia, Letras e Matemática. São *cursos de graduações presenciais de oferta não contínua*, com matrizes curriculares específicas, mas articuladas entre si. Esta forma de oferta e execução de curso de graduação, experienciada neste Campus no início da década de 1990, recebeu o nome de *Projeto de Licenciaturas Plenas Parceladas*, tratava de um programa com concepções teóricas e metodológicas próprias que orientava à formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação.

O Projeto de Licenciaturas Plenas Parceladas, após dois anos de experiência no Campus Universitário do Médio Araguaia, no ano de 2004, foi implantado em outras regiões do estado de Mato Grosso dando origem aos campi, Teles Pires e Barra do Bugres e vários núcleos pedagógicos desta Universidade através do Seminário de Expansão do Ensino Superior Estadual.

Neste Seminário realizado em 1990, participaram trinta municípios com interesses semelhantes no que diz respeito à formação docente. Resultou daí uma comissão que fez os levantamentos necessários na região e também a elaboração do Projeto.

O ingresso de um município no Projeto de Licenciaturas Parceladas não se faz, portanto de forma isolada. Ao redor de um Campus Universitário onde acontece a maior parte das ações, associam-se municípios, mediante a



assinatura de um convênio que garante, entre outras coisas, o repasse mensal de uma taxa por aluno, o que, no conjunto viabiliza, de alguma forma, a operacionalização dos cursos.

Para compatibilizar as distâncias entre os municípios, a escassez de recursos humanos em cada um deles e a necessidade da permanência do professor nas salas do ensino fundamental e médio; os cursos foram estruturados em um calendário especial que aproveita as férias e recessos escolares com etapas letivas intensivas e os períodos de trabalho do professor/aluno que passa a ser objeto de contínua reflexão e análise durante todo o curso. Este período entre uma etapa intensiva e outra, por isso denominada etapa intermediária, é destinada também às leituras e a seminários de aprofundamento de temas tratados nas etapas intensivas.

No ano de 2003, com objetivo de melhor atender a região do Norte Araguaia, foi criado os núcleos pedagógicos de Confresa e Vila Rica. Desde então, este campus passou a estar presente com estrutura física e administrativa permanente nestes três locais. A oferta de cursos de graduações, permanece até os dias atuais, com cursos *presenciais e a distância de oferta não continua*.

Os cursos de graduações *presenciais de oferta contínua* também denominados de *cursos regulares*, uma vez criado, permanecem abrindo vestibulares semestrais na mesma formação. Os cursos *presenciais de oferta não continua*, abrem vestibulares em tempo não pré-determinado, e os cursos são definidos de acordo com as demandas regionais e nacionais por formação universitária. Isto possibilita a *rotatividade e diversificação* na oferta de cursos de graduação no campus.

Os cursos oferecidos no Campus Universitário do Médio Araguaia nestas duas décadas foram exclusivamente na área de formação de professores. Isso se justificou em função da grande demanda nesta área. De acordo com os dados da S.E.E./94 dos 30.546 professores em exercício na rede de Ensino, apenas 41,00% possuíam o 3º grau completo, 3,93% o 3º grau incompleto e 55,70% não possuem o 3º grau. Atualmente, esta demanda por formação de professores tem se restringido à algumas áreas específicas como



Física, Artes, Educação Física, Filosofia e Pedagogia. Esta última em função da grande expansão da obrigatoriedade do atendimento à educação infantil. Por outro lado, aumentou a demanda por formação universitária em outras áreas do conhecimento, como a agropecuária e saúde.

1. 2 Estrutura Curricular/Pressupostos Teóricos

A proposta curricular que aponta as grandes linhas da ação pedagógica no Programa de Licenciaturas Parceladas foi concebida na perspectiva sócio-histórica da produção do conhecimento; de maneira a proporcionar a todos os participantes um espaço para o exercício da solidariedade, da ação conjunta; criando uma organização capaz de romper com as grandes dicotomias que têm marcado a educação através do tempo e de integrar "teoria e prática".

Acreditando ser o trabalho que humaniza o homem, num duplo movimento de evolução e de transformação da natureza e do próprio homem¹, concebeu-se, neste projeto a pesquisa como eixo central dos cursos oferecidos, em torno do qual se articulam as várias disciplinas de uma matriz curricular básica, mas não inflexível, assim como todas as atividades acadêmicas.

Partindo do princípio de que o conhecimento é uma produção social, concebe-se a formação acadêmica como um processo pessoal de investigação na constante interação com os outros, sejam eles professores, especialistas, colegas, comunidade envolvida.

Todos são convocados a desenvolver uma postura de investigadores, de (re)conhecimento e utilização dos instrumentos técnicos e dos sistemas de signos, criados pelo homem e que permitem à espécie humana se comunicar e ultrapassar seus próprios limites, construindo uma realidade de ordem simbólica. Se a mediação de instrumentos técnicos é importante na produção material e científica, a mediação dos sistemas de signos - mediação semiótica - é que permite, através da comunicação, via principalmente da linguagem falada e escrita, a produção e a apropriação da cultura.

¹ MARX, K. Manuscritos de 1844, citado por: PINO, A. *O social e o cultural na obra de Vigotski*. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00. Campinas: Unicamp/CEDES.



O poder do signo reside no fato de que ele serve para representar (objeto, gesto, figura som) para *alguém*, para o *outro*: o importante no signo é a sua *função comunicativa*. Portanto, representar é uma atividade social que implica em negociações e acordos entre sujeitos, ou seja, tem na sua base o *diálogo*².

O projeto de licenciaturas parceladas é um espaço privilegiado de interação dialógica entre os participantes, que são de regiões muito diferentes; incluindo desde o sertão mato-grossense, onde os cursos estão sendo implantados e onde se localizam os cursistas que, nascidos aí ou vindos de outros estados, carregam uma experiência de vida riquíssima; até os grandes centros de desenvolvimento do país, com maiores recursos, de onde vêm os assessores e parte dos docentes universitários que têm mais fácil acesso a informações.

Procurando incorporar no processo educativo a experiência vivida e os conhecimentos que o aluno já produziu, a proposta pedagógica dos cursos deste Campus Universitário, tem na realidade local seu ponto de partida, buscando respeitar as diferentes formas de ver e ler o mundo e ampliando os conhecimentos sobre essa realidade; nesse sentido, alunos e professores empenham-se na pesquisa, no intuito de melhor conhecer essa realidade, de criticá-la, de transformá-la:

...a observação e a experimentação são atitudes essenciais no processo educativo, invertendo-se a visão tradicional de que o estudante deve primeiro saber através do estudo em livros e da participação em aulas, para depois pesquisar. A prática pedagógica proposta está fundamentada no saber-fazer, forjado na relação dialógica entre professores/alunos e os conhecimentos de que são portadores e no exercício da interdisciplinaridade.³

Dois momentos curriculares com funções bem definidas abrangem o conjunto das ações que pretendem formar, não só o indivíduo autônomo, responsável pela própria aprendizagem e sistematização da experiência pessoal, mas também o profissional comprometido com a aprendizagem de

²PINO, A.O *social e o cultural na obra de Vigotsky*. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00, p. 53-54. Campinas: Unicamp/CEDES.

³ SETUBAL, Maria Alice. *Novas formas de aprender e ensinar: aspectos teóricos e exemplos*. CENPEC-Brasil.



todos os seus alunos. Esses dois momentos compreendem: Formação Fundamental Básica e a Formação Específica.

Perceber o meio social e natural, definir um objeto empírico de pesquisa, buscar uma metodologia adequada, levantar dados, produzir uma análise prévia a partir de uma fundamentação teórico-prática, produzir um relatório preliminar da pesquisa, são etapas a partir das quais se organizam os blocos de disciplinas da Formação Fundamental Básica e se planejam as outras atividades pedagógicas.

Entendemos, neste momento, a pesquisa como ferramenta pedagógica, como um instrumental mínimo, um jeito de entrar em contato com as teorias, pesquisando. Mas este caminho não garante a produção do conhecimento novo; isto só é possível quando realmente aparece a dúvida. No momento em que se produz uma pergunta (sem resposta!) dentro da pesquisa preliminar, ou seja, fazer perguntas pode instituir objetos ainda não constituídos como objetos de pesquisa e este é o desafio que colocamos no momento seguinte, o da Formação Específica, em cada curso.

Não há nenhuma fronteira fechada em torno da pesquisa, mesmo quando separamos, no tempo, dois momentos curriculares distintos. Quem, em última instância, determina os caminhos, a profundidade e o desenvolvimento da investigação é o sujeito/cursista

Um grande seminário de comunicação a respeito do processo de elaboração, execução do projeto de pesquisa, assim como dos primeiros resultados, encerra o período de Formação Fundamental Básica (com a duração de um ano) e garante o ingresso na Formação Específica correspondente às habilitações oferecidas (com a duração de três anos ou quatro anos). A pesquisa, neste segundo período, além de continuar sendo um valioso instrumento pedagógico; adquire um caráter mais direcionado à produção de conhecimentos, e será consubstanciada em um projeto que o acadêmico será estimulado a ir desenvolvendo no decorrer do curso, buscando



um objeto ligado a algum dos aspectos vistos pelas lentes das diferentes disciplinas ou, se preferir, a algum aspecto do seu trabalho⁴.

O desafio será sempre o de instituir objetos ainda não instituídos como objetos de pesquisa, garantindo a produção do conhecimento novo, a partir da dúvida, da pergunta levantada. O que se pretende, é fugir da armadilha que tem mantido presos e sem ação efetiva de renovação, muitos projetos, que acabam enroscados na circularidade de mudanças do currículo em si mesmo; isto é, das disciplinas, do ementário, da sua redistribuição na grade curricular, o que, ao final, não sai do lugar comum da sala de aula, em torno da qual giram todas as atividades. O Projeto pretende criar e desenvolver o que o Prof. Gilvan Müller chama de *espaço acadêmico*⁵ que envolve atividades e momentos diversificados, a maioria fora da sala de aula, mas concebidos como fazendo parte intrínseca da estrutura dos cursos. Objetiva-se com isso a formação em rede e contínua. Após ter experimentado a diferença entre repetir conhecimento e envolver-se efetivamente no trabalho de aquisição/apreensão/produção do conhecimento através da pesquisa, o acadêmico adquirirá mais autonomia no seu processo de formação.

O importante é perceber que os agentes destas diferentes atividades circulam em vários âmbitos, como de resto sempre acontece com o trabalho real, com a situação em que o trabalho não é reduzido à categoria de mero exercício para ser lido e corrigido pelo professor, mas sendo real, tem relevância; dignifica seus autores e seus agentes e cria interesse de participação no corpo discente, que passa quase que imediatamente a ter outra postura frente às aulas e à vida acadêmica em geral, dada pelos desafios da pesquisa⁶.

⁴ As pesquisas na Formação Específica podem ser de duas categorias: de base ou de ensino e ligadas às grandes linhas de pesquisa do curso, previamente traçadas em conjunto.

⁵ Gilvan Müller é professor de Linguística Histórica na UFSC e coordenador do Núcleo de Estudos Portugueses na mesma Universidade; as idéias sobre a construção do **espaço acadêmico** que aqui partilhamos foram levantadas pela Prof^a. Dr.^a Monica Zoppi-Fontana e estão discutidas pelo Prof. Gilvan em um artigo de circulação interna no Departamento de Linguística e Literatura, no Curso de Letras da UFSC. O Prof. Gilvan é um dos professores colaboradores que participam do Projeto Parceladas, na UNEMAT. É também assessor do Projeto Tucum, curso de formação de professores indígenas em nível de Magistério, na área de Línguas Indígenas (comentários de ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. opus citatum, p. 19).

⁶ Gilvan Müller, no artigo citado acima.



Embora se mantenha uma grade curricular básica, o enfoque que se busca é muito condicionado ao olhar que se lança sobre a realidade, de maneira que teoria e prática não sejam dicotomizadas. Muitas vezes as indagações dos alunos vão exigir que o professor assuma a postura de ter sempre que se interrogar também e de buscar informações que nem sempre ele tem no momento. Além disso, é desejável que, em cada unidade de estudo, o professor estabeleça problema(s) com o qual ou com os quais ele deverá relacionar as fontes de conhecimento. É uma maneira de romper com a *“lógica normatizadora autoritária do conhecimento pronto, acabado e localizado”*, conforme afirma Paulo Knauss em seu artigo sobre *a sala de aula como lugar de pesquisa*⁷; instaurando um processo de investigação na aprendizagem, capaz de superar a antiga etapa de fixação, de reprodução pura e simples do conhecimento, entrando, assim, no universo do conhecimento científico. O processo de aprendizagem se confunde, portanto, com o processo de produção do conhecimento que se confunde, por sua vez, com a iniciação à investigação, *“deslocando-se a problemática da integração ensino-pesquisa, para todos os níveis do conhecimento, inclusive o mais elementar. A pesquisa é assim entendida como o caminho privilegiado para a construção de sujeitos do conhecimento que se propõem a construir a sua leitura de mundo”*⁸. E isto é produzir conhecimento coletivamente, na interação entre as pessoas. Por isso dizíamos, no início, que o Projeto de Licenciaturas Parceladas se constitui num espaço privilegiado de comunicação dialógica.

1.3 Formação Fundamental Básica

Este momento se caracteriza por oferecer uma **formação propedêutico-filosófica e política aos discentes**, uma oportunidade de tomada de consciência histórica acerca da realidade regional na qual a Universidade está se inserindo e da realidade mais ampla; de compreender mais profundamente as raízes dos problemas ambientais e sociais

⁷ KNAUSS, Paulo. *Sobre a Norma e o Óbvio: um estudo sobre a sala de aula como lugar de pesquisa*. In: NIKITIUK, Sônia L.(org.). *Repensando o Ensino de História*. Coleção questões da nossa época nº 52. São Paulo: Cortez, 1996, p. 41.

⁸ Idem, p. 29-30.



detectados/vividos e possíveis caminhos de transformação. A pesquisa, a leitura, os debates em sala de aula, em grupos de estudo e em seminários são algumas das estratégias pedagógicas utilizadas.

As atividades pedagógicas neste período são planejadas com base em um diagnóstico inicial feito a partir do vestibular e na contextualização primeira da região, iniciada, ainda antes da matrícula. A **Formação Fundamental Básica** tem a duração de um ano, operacionalizada em duas etapas/semestre. A participação em um grande seminário de comunicação a respeito do processo de elaboração, execução do projeto de pesquisa, assim como dos primeiros resultados, encerra o período de Formação Fundamental Básica e garante o ingresso na Formação Específica.

Para os cursos de 2ª Licenciatura, a Etapa inicial ou formação pedagógica não se caracteriza pelo bloco de disciplinas que constitui a formação fundamental das 1ª Licenciaturas, uma vez que os acadêmicos já passaram por esse processo, no entanto, a I Etapa Intensiva dos cursos de 2ª Licenciatura prioriza a pesquisa como ferramenta de trabalho. Assim, inicialmente é apresentado o projeto político pedagógico do curso e o bloco de disciplina que compõe a I Etapa, esta chamada de "Etapa Intensiva" realizada sempre nos meses de Janeiro, fevereiro e julho. Nesse sentido, os acadêmicos tomam consciência de que o processo de aprendizagem se dá a partir de questionamentos, estudos e reflexões sobre o ensino/aprendizagem referente às competências e habilidades respectivas de professores que atuarão na formação básica do Ensino Fundamental, tendo o cuidado de fortalecer a postura de investigador de suas próprias ações pedagógicas, pela pesquisa. O acadêmico tem a oportunidade de aprimorar suas análises levantadas no início do curso, tendo como suporte para isso, o espaço das Etapas Intermediárias, onde ocorre momento de estudo sobre a estrutura pedagógica e outros aspectos que dizem respeito às habilidades de saber fazer, saber ensinar, saber interferir por meio da ação-reflexão-ação.

O estágio Supervisionado também se configura como espaço para aprendizagem, reflexão e ação no aprimoramento da formação docente. As atividades são orientadas tanto pelos professores das disciplinas quanto pela



coordenação do curso local, já que esta pessoa torna-se o ponto de referência, pois é ele que acompanha, repassa, orienta através dos encaminhamentos do professor da disciplina todas as atividades desenvolvidas tanto pelos professores quanto pelos alunos, a partir disto, todos os documentos são sistematizados e o GT Local confecciona relatórios das Etapas Intensivas e Intermediárias para que sejam arquivados na Secretaria do Núcleo no qual realizou-se o curso. As pesquisas oriundas das reflexões da prática e estudos tomam corpus científico e são apresentadas no final do curso, sendo elas como TCC.

1.4 Formação Específica

A Formação Específica corresponde às habilitações oferecidas e tem a duração de três ou quatro anos. A pesquisa, neste período além de continuar sendo um valioso instrumento pedagógico, adquire um caráter cognitivo e será consubstanciada em um projeto que o acadêmico será estimulado a ir construindo no decorrer do curso, buscando um objeto ligado a algum dos aspectos aos quais ele estará sendo introduzido pelas diferentes disciplinas ou, se preferir, a algum aspecto do seu trabalho.

É na Formação Específica que se define mais claramente o perfil do profissional que pretende formar ao oferecer cada um desses cursos, dentro da sua especificidade.

Para os cursos de 2ª Licenciatura a formação específica compreende o bloco de disciplinas específica constitutiva da área de pedagogia na qual o acadêmico sairá habilitado. A pesquisa também é considerada ferramenta de trabalho nessa Etapa específica da 2ª Licenciatura que tem o período de dois anos. As disciplinas serão ministradas pelos professores e nesse espaço de estudo, leituras, conversação, debates, os alunos poderão ser questionados o tempo todo quanto ao ensino, a aprendizagem e a formação básica instituídas nas escolas públicas brasileiras, tomando como referência às exigências de uma sociedade em movimento, por isto, todos os aspectos pedagógicos deverão considerar a contemporaneidade. Desse modo, acreditamos que o aprendizado ganha uma significação maior, mais intenso, reflexivo. Todos os alunos serão



orientados desde o início que busquem identificar-se com aquele professor que futuramente será orientador de sua pesquisa de final de curso.

A 2ª Licenciatura é caracterizada também pelas Etapas intermediárias, onde os acadêmicos saem de cada Etapa Intensiva com atividades que serão desenvolvidas nos seus respectivos municípios, individual e em grupos. Devido à logística entre a localidade residencial de cada acadêmico as atividades das Etapas Intermediárias, serão acompanhadas, orientadas via e-mail e encontros presenciais a cada trinta dias no Núcleo Pedagógico de Confresa ou de acordo com as necessidades apresentadas pela turma. Dessa forma, acreditamos subsidiar a formação dos professores.

1.5 Calendário Acadêmico

O Campus Universitário do Médio Araguaia têm dois calendários acadêmicos distintos. O calendário acadêmico padrão instituído anualmente pela instituição e um calendário específico para atender as peculiaridades dos cursos de formação de professores em serviço.

A maior parte de seus cursos de graduações segue um calendário próprio do Campus, com aulas em tempo integral, nos meses de janeiro, fevereiro e julho, denominadas de Etapa Letiva Intensiva, e aulas assistidas nos meses de março à junho e agosto à novembro, denominadas de Etapa Intermediária. As aulas desta Etapa são de responsabilidade dos professores que compõe a coordenação pedagógica dos cursos, o Grupo de Trabalho Local (GT-Local) que permanece todo o ano letivo na sede do Campus ou Núcleo Pedagógico. As aulas da Etapa Letiva Intensiva são ministradas por professores efetivos da UNEMAT de outros campi e/ou professores contratados especificamente para este fim, por meio de processo seletivo público.

Etapas Letivas Intensivas

Ocorrem na sede do Campus ou no Núcleo Pedagógico nos meses de janeiro, fevereiro e julho.

Destinam-se à apresentação e trabalhos das disciplinas que compõem a Matriz Curricular; à orientação, à elaboração, discussão e reformulação de



projetos de pesquisa; à socialização das experiências e conhecimentos apreendidos pela elaboração e pela leitura, e dos resultados das pesquisas. Estas atividades são desenvolvidas em seminários, debates, palestras, aulas expositivas, bancas de orientação e atividades artísticas.

As disciplinas são oferecidas durante estas etapas, integral ou parcialmente, conforme a disponibilidade do tempo, de acordo com as necessidades e interesses dos acadêmicos. De modo em geral se oferece 75% da carga horária total na Etapa Letiva Intensiva sob a orientação de um docente especialista, ficando 25%, para as etapas intermediárias.

Etapa Letiva Intermediária

As etapas intermediárias destinam-se ao aprofundamento e à reelaboração dos conceitos trabalhados nas etapas intensivas; assim como, à prática da pesquisa de campo, à pesquisa bibliográfica, à complementação de carga horária de determinada disciplina, à orientação dos projetos de pesquisa, ao estágio supervisionado, aos grupos de estudo e às atividades de extensão do Campus que, neste período, funcionam como centro de Apoio Pedagógico; por possuir uma biblioteca com um bom acervo, um laboratório de ensino de ciências disponível à prática didático-pedagógica.

Ocorre durante todo o ano letivo do calendário escolar estadual, com um tempo previsto para o acompanhamento e a orientação pessoal aos discentes na sede do Campus, ou no Núcleo Pedagógico. Ocorrem também nas escolas ou em cada espaço de atuação pedagógica que tem aluno dos cursos atuando, pela equipe do GT-Local, que se deslocam nos períodos de Março a Junho e de Agosto a Novembro pelas municípios consorciados.

As atividades disciplinares presenciais das etapas intermediárias acontecem nos períodos vespertino/noturno, nos finais de semana.

As atividades das etapas intermediárias, também chamadas de etapas de auto-organização, são cuidadosamente preparadas e orientadas pelos docentes e pelos professores locais (componentes do GT Local) durante as etapas intensivas: leituras, seminários, pesquisas, trabalhos escritos, sumários, resenhas, resumos, fichamento de livros, organização de atividades envolvendo



os alunos do ensino fundamental e médio, grupos de estudo, desenvolvimento de projetos de estágio e de extensão; são alguns exemplos de atividades, desenvolvidas na intermediária, propostas definidas a partir do desenvolvimento das atividades da disciplina, das avaliações do aluno e do acompanhamento do GT Local. É o momento de aprofundamento, de retomada das discussões feitas com a presença do docente, de elaboração pessoal. Tecnicamente poderá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária das disciplinas de 60 horas.

A definição e encaminhamento das atividades no Campus são realizados no período intensivo, a partir das discussões do professor especialista, GT Local e aluno. De modo que as atividades variam de aluno para aluno, ou de grupo de alunos para grupo de alunos; pois as avaliações das disciplinas, o projeto de estágio, a pesquisa, o interesse do aluno por determinado assunto ou área, são levadas em conta e servem como parâmetros definidores das ações sempre monitoradas pelos professores do GT Local; que mantém encontros com os graduandos para retomar questões não suficientemente aprofundadas na etapa intensiva, resolver dificuldades na elaboração das tarefas de cada disciplina, tirar dúvidas de leituras realizadas após a etapa intensiva, coordenar a realização de seminários, discutirem questões relacionadas ao estágio, seminários de educação, ou seja, questões de sala de aula.

Além desse atendimento já mencionado a equipe do GT Local se desloca aos outros municípios, visita escolas da zona urbana e rural tanto para conhecer e participar das políticas pedagógicas locais como para acompanhamento de alunos e dos projetos de estágio.

1.6 Corpo Docente / Equipe de Trabalho

Os professores que atuam nos cursos oferecidos pelo Campus Universitário do Médio Araguaia são assegurados profissionalmente com base no que prescreve a resolução nº 009/2009, do Conselho Universitário (Consuni) que aprova o regimento interno da Diretoria de Gestão do Programa Parceladas & na Lei Complementar de 30 de junho de . 320/2008 D.O. Estado



do Mato Grosso. Que trata do Plano de Carreira e Remuneração do corpo Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso.

No convênio estabelecido pelo Ministério de Educação e Cultura através da CAPES, a remuneração dos profissionais docentes que atuarem no desenvolvimento dos cursos de 2ª licenciaturas, será em forma de bolsa da Capes, assim prevista, na Resolução nº 13, de 20 de maio de 2010 que Estabelece as orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas (...) a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura (...) do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES, a serem pagas pelo FNDE.

Em conformidade com as Leis, e as resoluções da UNEMAT é que o corpo docente/Equipe de trabalho do Campus Universitário do Médio Araguaia se organiza de modo, a atender um calendário diferenciado dos outros campi desta instituição, bem como, se descreve abaixo:

No Campus Universitário do Médio Araguaia e seus respectivos Núcleos Pedagógicos as aulas são ministradas de forma modular por professores efetivos da UNEMAT de outros campi e/ou professores contratados especificamente para este fim, por meio de processo seletivo público.

A estrutura organizacional que garante o funcionamento do programa é formada por duas equipes. A Primeira equipe é formada por professores especialistas da Faculdade Multidisciplinar do Campus Universitário do Médio Araguaia, composta por docentes, das diferentes áreas do conhecimento, dos vários campi da UNEMAT, conforme regimento da referida Faculdade. A Faculdade zela pela unidade Filosófico-metodológica das ações, atendendo às necessidades de cada região onde se desenvolve o programa.

A outra equipe é constituída no Campus, é o grupo de docentes que responde pela *Coordenação Local*. Este grupo (GT local) ministra aulas de estágio e prática de ensino, administra pedagógica e politicamente os cursos no Campus, buscando condições objetivas para a realização das etapas intensivas, acompanhando o desenvolvimento de todas as ações de cada



curso, zelando pelo registro e arquivo da documentação do projeto e documentação individual dos acadêmicos.

A coordenação pedagógica local, grupo de trabalho formado por um professor coordenador de cada curso oferecido, é responsável pelo acompanhamento mais próximo do estágio e da prática de ensino realizados pelos acadêmicos. Também são eles que acompanham, com visitas periódicas, os acadêmicos residentes em outros municípios parceiros no Programa, quando houver. São eles, portanto os professores das disciplinas denominadas Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

A coordenação pedagógica local tem um papel importantíssimo para o Programa, especialmente no momento do estágio e da prática de ensino, ao acompanhar e verificar a coerência entre o que o Programa tem proposto como prática pedagógica, eixo metodológico e a prática docente de seus acadêmicos. Seu trabalho pode e deve levar ao questionamento frequente sobre a relação que se vai estabelecendo entre ensino e pesquisa no cotidiano escolar. Ela tem assim o papel de cultivar, incentivar a relação constante escola/comunidade, ensino/pesquisa, discurso/prática pedagógica, sua função é de elo entre esses elementos. Ela é sujeito participante de todas essas ações.

O papel da coordenação pedagógica local é fundamental para o desenvolvimento da proposta do Programa Parceladas, pois, ela acompanha os acadêmicos desde o período da Formação Fundamental Básica, onde eles iniciam o processo de encarar suas próprias vivências, seu próprio espaço cotidiano como *possível de investigação*. Etapa na qual, todo o trabalho das disciplinas tem como objetivo que cada um se perceba em seu meio, conheça de maneira mais crítica seu próprio entorno, buscando a ampliação de suas experiências. Essa fase já se constitui o início do estágio e da prática de ensino, pois o acadêmico está se debruçando sobre seu próprio contexto, exercitando a investigação a cada atividade que desenvolve. E mesmo que esse primeiro olhar tenha um contorno mais amplo, local ou regional, está conhecendo melhor o contingente em que se insere sua ação profissional. O resultado dessas investigações configura-se em relatório de pesquisa a ser



comunicado e publicado ao término da Formação Fundamental, em um seminário denominado de Seminário de Transição.

2- CAPÍTULO -PARCERIAS

2.1 Prefeituras Consorciadas

Municípios de uma mesma região geo-educacional se agrupam em torno de um município/sede que oferece melhores condições de acesso e de funcionamento dos cursos.

A sede do Campus garante a organização do espaço físico, provendo material de consumo, alojamento de alunos e professores, Biblioteca atualizada, transporte aéreo e rodoviário, diárias e alimentação de docentes, estagiários e equipe de coordenação.

Cada município consorciado é chamado também a implementar seu próprio patrimônio educacional, atualizando suas bibliotecas e videotecas, viabilizando espaços públicos para acesso à rede de Internet, permitindo a comunicação direta dos alunos/professores com a sede do Campus e a Coordenação Central.

2.2 Outras Universidades

A Unemat tem contado com a cooperação necessária de outras Universidades que liberam seus quadros para atuar no Programa. Esta parceria tem contribuído de forma extraordinária para o desenvolvimento do Programa, sobretudo no aspecto da formação dos docentes.

As formas de participação são diversificadas, indo desde a assessoria especializada e contínua como um todo e, em particular, aos GTs de cada um dos cursos oferecidos, até a atuação direta no curso de graduação, sempre que a Unemat não tem um professor com formação específica nas áreas dos cursos oferecidos.

2.3 Ministério de Educação e Cultura /CAPES/PARFOR



O decreto N.º 6.755, 29/01/2009, Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica e a resolução CNE n.º 01/02/2009, estabelece diretrizes operacionais para a implantação do programa Emergencial de segunda licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública. Com essa fundamentação legal a Unemat estabelece os convênios para execução dos cursos de 1ª e 2ª *Licenciatura em regime de colaboração* com o governo federal, estadual e municipal contemplando as exigências do decreto e da resolução acima citados.

Adesão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para o Plano de Ações Articuladas (PAR) do Estado de Mato Grosso em atendimento ao Decreto N.º 6094, DE 24/04/2007 que é sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação.

DEMANDA POR FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

REGIÃO	2002	2003	2004	2010
NORDESTE - POLO JUÍNA	1.847	2.304	2.807	3.426
NORTE - POLO ALTA FLORESTA	5.897	7.127	7.786	8.881
NORDESTE- POLO VILA RICA	4.063	5.111	2.943	3.088
LESTE- POLO BARRA DO GARÇAS	4.449	5.367	6.182	6.614
SUDOESTE - POLO RONDONOPOLIS	10.058	11.859	13.548	14.249
SUL- POLO CUIABA- VARGEA GRANDE	23.740	32.501	34.171	35.750
SUDOESTE - POLO CÂCERES	7.299	10.879	11.346	11.601
OESTE- POLO TANGARA DA SERRA	3.303	4.546	5.655	5.566
CENTRO OESTE - POLO DIAMANTINO	1.611	2.263	2.493	2.507
CENTRO - POLO SORRISO	2.776	3.263	4.426	4.488
NORDESTE II- PÓLO JUARA	888	969	1.221	1419
CENTRO NORTE - POLO SINOP	4.037	4.618	5.726	7.825
TOTAL DE CONCLUINTES	69.961	90605	98.306	106.444

Fonte SEDUC



As demandas atendidas pela UNEMAT através da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, modalidades diferenciadas, oferecida pela Diretoria de Gestão do Programa Parceladas em 2012: 05 Pólos contemplados seis campi, 06 cidades do interior do Estado MT, foram abertos 15 cursos em nove diferentes áreas de conhecimento com 780 Vagas Preenchidas.



3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.1 O ingresso nos cursos de licenciaturas PARFOR

O ingresso nos Cursos de 1ª e 2ª Licenciatura do PARFOR ocorre por meio de seletivas especiais, ou seja, todo processo segue critérios adotados pelo Ministério da Educação, uma vez que, são Licenciaturas oferecidas para atender a demanda de professores da rede pública que não tem formação em nível superior como exige a LDB, para professores que possuem a 1ª Licenciatura e atuam em áreas diferentes, e ainda, para professores que necessitam da formação pedagógica por atuarem na docência com titulação em bacharelado. Este processo se dá também por meio de editais complementares realizados pela própria IES com finalidade de preencher possíveis vagas remanescentes.

4. PROPOSTA DE PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

Atualmente, essa compreensão mais ampliada de Prática Curricular vem sendo disseminada na educação e inclusive já se faz presente na legislação educacional brasileira. Na Resolução CNE/ CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, distinguem-se ações diversas a serem consideradas na Prática Curricular de formação de professores: prática de ensino, estágio curricular supervisionado e atividades complementares.

Nos cursos de graduações do Campus Universitário do Médio Araguaia desde sua origem, a prática de ensino e o estágio supervisionado têm características especiais tendo em vista que os participantes dos cursos oferecidos eram todos professores em exercício, portanto não eram inexperientes em relação à prática docente. Nesse caso, para os professores, o estágio não se configurou uma iniciação à profissão.



As atividades de Prática de Ensino iniciam-se na primeira etapa da formação fundamental, trazendo uma proposta para a prática de ensino que pretende transformar o lugar comum do cotidiano escolar no laboratório vivencial⁹, lugar a ser encarado como campo constante de pesquisa.

Aliada a idéia do laboratório vivencial, a Prática de Ensino e o Estágio Curricular Supervisionado buscarão o conhecimento experiencial contextualizado em situações educacionais. O conhecimento experiencial é o conhecimento construído "na" experiência articulado a uma reflexão sistemática sobre ela, construída sobre referenciais teóricos ou conectados com eles para atribuir-lhes significado.

O conhecimento profissional do professor deve-se reportar ao conjunto de problemas e interrogações que surgem no diálogo com as situações do cotidiano educativo. Atuar em contextos singulares tem então o status bastante diferente de dominar um repertório de técnicas aprendidas no final dos cursos de formação inicial, Implica saber utilizar conhecimentos aprendidos dentro e fora da escola em diferentes situações de vida, conhecimentos conceituais e procedimentais, capacidades cognitivas e afetivas, sensibilidade e intuição (MEC/SEF, 1999)¹⁰.

Ao iniciar a formação dos acadêmicos na profissão com a prática de pesquisa, mobilizam-se os conhecimentos e capacidades acima citadas e cria potencialidades para identificar e interpretar o que está em jogo em cada momento, levando em conta a complexidade do contexto educativo, para tomar decisões e agir.

Alie-se a essa fundamentação primeira a concepção que se tem de Universidade - instituição fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão; as concepções teóricas em que se fundamenta o Programa Parceladas – perspectiva sócio-histórica e o perfil de professor que o Projeto visa formar – professor-investigador, podemos explicitar o que se espera nos primeiros momentos de Prática de Ensino, que é aprender pela pesquisa.

⁹ Cf. conceito em CAMARGO, D. P. de. *Mundos Entrecruzados*

¹⁰ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/MEC, 1999. Referenciais para Formação de Professores. Brasília, A Secretaria.



A partir da reafirmação desses pressupostos podemos explicitar o que se espera da prática de ensino e estágio supervisionado nos cursos de licenciaturas do Programa Parceladas.

A prática de ensino e o estágio supervisionado podem ser momentos chave em que se unem as ações mestras da universidade: ensino, pesquisa e extensão. É extensão à medida que as escolas onde ocorre o estágio e a prática de ensino são alvo de atenção, investigação e possíveis ações e intervenções fundamentadas no conhecimento sistematizado e acumulado pela Universidade; à medida que a universidade vai à escola, saindo de seu espaço, muitas vezes fechado e, através de seus acadêmicos e professores chega às comunidades. A universidade coloca à disposição das comunidades seus conhecimentos já institucionalizados.

É pesquisa, pois no momento da ação pedagógica desenvolvida, tomada como prática de ensino, o acadêmico se debruça sobre a prática pedagógica com um olhar diferenciado, um olhar investigativo. Ele faz um exercício de estranhar a realidade, aquela que geralmente considera familiar, para reconstruí-la sob um novo prisma, o de algo a ser investigado. São ações diferenciadas que têm em vista a construção do conhecimento. Um conhecimento que se propõe transformador.

A prática de ensino e o estágio supervisionado são momentos de pesquisa também para o professor universitário (GT-local) que o acompanha junto aos acadêmicos. É o período onde efetivamente se aproxima e se pode até mesmo verificar a coerência entre o que se estuda, se discute e o que se realiza no dia-a-dia das escolas; a proximidade ou distância entre os discursos e as práticas pedagógicas. Estudar sobre o ensino leva aos problemas colocados no ambiente escolar, problemas relativos à própria pesquisa como eixo metodológico. Da análise sistemática e fundamentada sobre as relações entre o que foi e está sendo estudado e a prática pode surgir novos conhecimentos. Nesse sentido, a prática de ensino e o estágio supervisionado são também momentos essenciais de avaliação. Nessa relação estabelecida através da prática de ensino e estágio supervisionado pode ficar visível a realização do



compromisso social da universidade, o estabelecimento de laços mais estreitos e a participação das escolas e da Universidade em ações conjuntas.

A prática de ensino e o estágio supervisionado são ensino, pois se cria um ambiente de construção de conhecimento no qual os acadêmicos são acompanhados no planejamento, na organização, no desenvolvimento e na avaliação do trabalho pelos professores universitários do que se tem denominado disciplina de estágio, no caso do Programa Parceladas, o grupo de trabalho local (GT). E, segundo Demo (1999), o ato de ensinar inexiste sem a pesquisa, pois aquele que apenas repete ou repassa o que ouviu de outro, pode ter a intenção de ensinar, mas não pratica um ensino que leve à aprendizagem; é o professor pesquisador quem promove as condições e pode incentivar seu aluno a construir conhecimento, a aprender; esse tipo de professor é capaz de promover ensino.

Propor, realizar, refletir, analisar. São ações que levam à sistematização do saber adquirido, propiciam a produção de conhecimento na prática docente, quando em contato constante com referenciais teóricos que fundamentem essas discussões. Essa prática durante o período de estágio, aliada a tudo o que se estuda nas etapas intensivas deverá levar o acadêmico a uma postura: a de constantemente estar se indagando sobre a prática de ensino, sobre o contexto escolar e estar buscando respostas, estar investigando, estar em busca de novos conhecimentos.

Desse modo, a prática de ensino e o estágio supervisionado são elementos do curso que possibilitam de maneira especial, porque organizada para isso, sistematizar, avaliar e socializar experiências fundamentando-as teoricamente. O estágio e a prática de ensino, realizados com essa perspectiva, reforçam a ideia da pesquisa também como instrumento potencializador de análise de situações cotidianas das escolas assim como instrumento para o desenho, implementação e evolução de estratégias superadoras, ou seja, de transformação.

O TCC que cada acadêmico deve apresentar no final do curso pode ser fruto dessas discussões que são proporcionadas pelo estágio, pois a proposta é



que seja um trabalho de pesquisa voltado para as questões relativas à prática pedagógica.

Forma-se uma espiral crescente: a universidade produzindo conhecimento na observação da prática docente cotidiana, o conhecimento retornando à escola produzindo nova ação pedagógica. A aproximação tão almejada e possível entre teoria e prática torna-se mais visível com esse tipo de perspectiva de cursos de licenciatura.

A proposta de prática de ensino e o estágio supervisionado do Programa apresentam então a possibilidade da não dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a possibilidade de confluência dessas ações.

Os cursos do Campus Universitário do Médio Araguaia se configuram num espaço privilegiado para a execução das atividades fins da Universidade pois não há porque existir competição¹¹ entre as três ações. O *ensino* é a atividade considerada desde há muito como definidora da profissão docente, não há dúvidas quanto à necessidade de se praticar ensino nos cursos de licenciatura. E a *extensão* se dá sem assistencialismo ou prestação de serviços por interesses determinados; ocorre pela característica dos próprios cursos de licenciatura: preparar professores, que em seu fazer cotidiano nas comunidades acabam por estabelecer essa ponte que liga a universidade a elas (comunidades), professores que vão atuar em níveis da educação básica, mais próximos da comunidade em geral, aproximando assim também a universidade.

A idéia básica que fundamenta a proposta de Prática de Ensino e do Estágio Supervisionado pode ser encontrada na relação entre formação de professores, conhecimento e pesquisa.

Para que a prática de ensino e o estágio supervisionado assumam esse caráter descrito acima, de análise/reflexão sistemática sobre a prática pedagógica, a postura investigativa precisa estar sendo construída e exercitada desde a Formação Fundamental, onde cada acadêmico escolhe e se dedica a um ou mais aspectos do cotidiano escolar, abordando-o de forma investigativa inicial em cada etapa intermediária. Os cursos de licenciaturas do Programa Parceladas iniciam esse processo de *prática investigativa* através do exercício



constante de compreender a postura de ser professor, na formulação constante de indagações sobre a prática docente e as ações no contexto escolar.

Muitas são as discussões a respeito do lugar da pesquisa na graduação e no Programa tem-se a seguinte visão: a pesquisa é o eixo do trabalho com o conhecimento, é ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem e construção de conhecimento.

A prática, por si só, pode conter elementos preciosos e de grande interesse para a pesquisa, porém só se torna alvo de uma investigação quando reconstruída sob o enfoque de objeto de pesquisa. Para tanto é necessário um trabalho por parte do acadêmico no intuito de inquirir essa prática e buscar algum referencial teórico que sustente que dê apoio às questões formuladas a partir das inquietações e às possíveis respostas que vai encontrar. Não queremos com isso converter os acadêmicos em pesquisadores profissionais. O que pretendemos é o desenvolvimento de uma dada relação com o conhecimento, uma relação de construção contínua.

Dessa forma, ações que já vinham sendo realizadas no Programa Parceladas atendem então o que na nova legislação denominam de prática de ensino e estágio supervisionado. Conseqüentemente na proposta de prática de ensino e estágio supervisionado do Projeto já se contemplam as observações contidas nas Diretrizes Curriculares para a Formação dos Profissionais da Educação Básica, em seu artigo segundo.

Assim, a fundamentação que dá suporte à proposta de estágio pauta-se na teoria do conhecimento como uma construção histórico-social. Aquele que assume uma postura investigativa constrói conhecimento, pois está constantemente elaborando-o na relação com outros e não apenas reproduzindo. Essa atitude parece-nos a mais coerente com alguém que tem como "material" de seu trabalho o próprio conhecimento, ou seja, o professor.

O Estágio Supervisionado das 2ª Licenciaturas está compreendido também pela RESOLUÇÃO Nº 029/2012/CONEPE que dispõe sobre a organização das atividades que serão desenvolvidas como Estágio Curricular Supervisionado, ou seja, elas proporcionarão a atuação e vivência do



acadêmico, em espaços escolares formais e não formais do processo de ensino, preparando-o para a atuação profissional.

Ainda na resolução nº 029/2012/CONEPE no Art. 6º. O Estágio Curricular Supervisionado tem como finalidades oportunizar experiência profissional e de trabalho que possibilitem a integração dos conhecimentos teóricos e práticos, por meio de processo permanente de reflexão, assim, contribuir para sua formação profissional.

4.1 Propostas de Operacionalização

Consideramos prática de ensino as ações desenvolvidas pelos acadêmicos desde o início das etapas intermediárias do Programa, quando ele inicia a busca de definição de um objeto empírico de pesquisa e uma metodologia para investigá-lo. Daí até o Seminário de Transição, momento de passagem entre a Formação Fundamental e a Formação Específica, os acadêmicos estarão num processo de exercício real da prática de pesquisa, formulando e reformulando seu "projeto de investigação", obtendo dados e analisando-os, até a produção de um relatório dos resultados obtidos que será apresentado no Seminário. Sendo um trabalho de reconhecimento do seu próprio entorno e de tomada de consciência de sua posição nesse espaço, reforçamos a idéia de que tais atividades já são consideradas integrantes da prática de ensino, pois dão ao acadêmico um novo olhar sobre si mesmo e seu meio, o que favorece as ações seguintes.

Nas etapas intermediárias que se seguem as ações correspondentes à prática de ensino vão se direcionando cada vez mais à prática pedagógica de cada um. A prática de ensino visa à contextualização mais específica do espaço pedagógico onde atuam os acadêmicos, a caracterização desse espaço e dos que nele atuam; o pensar da prática pedagógica de cada professor (com quem estagia) e do grupo no âmbito do contexto escolar local e das políticas públicas educacionais (municipais estaduais e federais); o lugar especial de sua área de formação e seu papel diante das questões educacionais, tanto em relação às



políticas (por exemplo, PCNs, ciclos, etc.) quanto em relação a situações de ensino-aprendizagem mais próprias de cada área do conhecimento, a sua prática e estágio e seus problemas como professor estagiário de determinada área.

No trabalho docente e também na produção de conhecimento o coletivo é de extrema importância, pois ações transformadoras necessitam da força de grupo escola é um espaço público, propomos diversos momentos para o estágio e para a prática docente que implicam em propostas e realizações coletivas.

A cada etapa intensiva os acadêmicos apresentarão de forma organizada os resultados de sua experiência e de sua análise em Seminários de Educação, que serão realizados nas etapas intensivas (disciplina de Prática de Ensino) com a participação de todos os cursos e sempre que possível da comunidade local.

O estágio curricular supervisionado deve ser feito, conforme Parecer nº CNE/CP 27/2001, aprovado em 02/10/2001, nas escolas de educação básica, sendo vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional, e levando em consideração que os acadêmicos do Programa Parceladas são inexperientes no ofício, as atividades correspondentes ao estágio supervisionado ocorrerão em sala de aula de professores das Escolas de Ensino Fundamental e Médio, onde possa cumprir no mínimo as 400 horas de estágio supervisionado exigidas por lei. (RES/CNE/CP2, de 19/02/2002.)

O estágio supervisionado é cumprido ao longo de todo o período de Formação Específica, nas etapas intermediárias; ele é caracterizado como atividade de regência do aluno, em salas de aulas no ensino fundamental e médio.

OBSERVAÇÕES:

Definição dos créditos nas disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, conforme normatização acadêmica da Unemat (Resolução Nº 054-CONEPE/2011 em seus artigos abaixo descritos :



Art. 10. O Crédito é a unidade de medida do trabalho acadêmico dos cursos de graduação da UNEMAT e corresponde a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas.

Art. 11. As atividades acadêmicas compreendem:

- I – aulas teóricas – correspondente a letra T do inciso I do Art. 21;
- II – aulas práticas - componente curricular – correspondente a letra P do inciso II do Art. 21;
- III – aulas práticas laboratoriais – correspondente a letra L do inciso III do Art. 21;
- IV – atividades de Campo – correspondente a letra C do inciso IV do Art. 21;
- V – estudo a distância – correspondente a letra D do inciso V do Art. 21.

Art. 12. A distribuição da carga horária em créditos se dará de acordo com o perfil do discente que se pretende formar e a ementa de cada uma das disciplinas, definida no conjunto dos componentes curriculares do PPC:

- I – O “crédito-teórico” é a unidade de medida da atividade discente nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas teóricas, com a presença do docente responsável pela disciplina.
- II – O “crédito-prático” é a unidade de medida da atividade discente nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas práticas e/ou atividades, com a presença do docente responsável pela disciplina, quando esta assim o exigir.
- III – O “crédito-laboratório” é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas em laboratórios, com característica de prática pedagógica ou de experimentos, com a presença do docente responsável pela disciplina, quando esta assim o exigir.
- IV – O “crédito-campo” é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às atividades de campo previstas no PPC a serem desenvolvidas sob orientação ou supervisão do professor, quando esta assim o exigir.



V – O "crédito à distância" é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas e/ou atividades realizadas exclusivamente por meio eletrônico, associadas ou não ao apoio das atividades teóricas, práticas ou de laboratório, sob a orientação do professor.

4.2 Orientativo geral para os cursos de licenciaturas: formas de registro da prática de ensino, estágio supervisionado e atividades complementares.

A cada etapa intensiva são encaminhadas as atividades a serem desenvolvidas nas etapas intermediárias, estas são sistematizadas através de planejamento individual ou coletivo em forma de projeto.

Durante a etapa intermediária o acadêmico registra as ações desenvolvidas em seu espaço escolar, utilizando-se dos recursos de que dispuser (multimeios) e que achar mais convenientes para a sua experiência. Além disso, deverá apresentar nos seminários realizados a cada etapa intensiva (Seminários de Educação - disciplina de Prática de Ensino), alguma reflexão sistemática já organizada e fundamentada sobre o processo vivido naquele período. Tais produções (não necessariamente apenas escritas, podem ser usadas diversas linguagens) serão arquivadas como material avaliativo nas pastas individuais dos alunos, constituindo parte dos "Registros de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado" acompanhados dos relatórios dos Seminários de Educação, momentos de interlocução, socialização e, conseqüentemente, de avaliação da experiência vivida. Esses momentos são ampliados a toda a comunidade escolar. Cabe a Coordenação Local e Equipe Central a organização desse espaço a cada etapa.

De acordo a resolução 041/2004 CONEPE no Art. 2º As Atividades Complementares contemplam o reconhecimento de habilidades e competências extracurriculares e compreendem o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo aluno, através da participação em atividades vinculadas à sua área de formação. Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais que compreende a participação em eventos são sistematizadas através der relatórios devidamente acompanhados de fotocópia do certificado



de participação. Cabe ainda, ressaltar que a resolução 044/2004 CONEPE estabelece que a articulação entre a prática curricular, o estágio supervisionado e as Atividades Complementares, deve contribuir para a formação da identidade do professor como educador.



5 - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.



5.1 Apresentação

O Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia é uma das ações organizadas em colaboração e de forma articulada, financiada pela Capes para atender os objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo (Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, Parecer CNE/CP Nº 8/2008 de 02/12/2008; Resolução CNE nº, de 11 de fevereiro de 2009).

A implantação do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia realizado no município de Confresa atende a demanda e solicitação apresentada pelo Governo Federal nesta região; e se dá através da parceria entre MEC/CAPES, Estado de MT, Municípios de Confresa e UNEMAT, na execução Programa Emergencial de Articulação para Formação de Professores .

Com efeito, a implantação desta política de formação de profissionais que já possuem curso superior, mas que vem atuando fora de sua área de formação inicial teve como premissa a constatação de que em várias partes do país ainda existe um grande número de profissionais que vivenciam esta distorção na sua atuação como professores, conforme Parecer CNE/CP Nº 8/2008 de 02/12/2008.

Consoante com a filosofia do Governo Federal disposta na legislação vigente que é proporcionar um ensino de qualidade em todos os níveis bem como valorizar os professores que neles atuam a parceria com as universidades públicas, notórias por sua qualidade e excelência na formação de professores, se constitui em um aporte importante para o bom andamento deste projeto.

Particularmente no que tange à UNEMAT esta possui uma Diretoria, cuja política pedagógica foi descrita acima, com larga experiência na formação destes profissionais. Ao mesmo tempo, a UNEMAT em sua estrutura multicampi conta com vários Departamentos que atendem à formação em pedagogia, eles estão distribuídos no Estado de MT em seus *Campi* Universitários. Isso garante um quadro docente capacitado a ministrar o curso



e que vem participando ativamente dos projetos das Parceladas ao longo de sua existência. A consubstanciação destes esforços, fazeres e experiências teve como resultado o Projeto Pedagógico de curso que se segue Projeto Político Pedagógico que ora apresentamos visa atender os objetivos do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura em Pedagogia proposto pelo Governo Federal para requalificar professores que atuam fora da área de formação.

As reflexões, os debates e as propostas que surgiram ao longo das discussões que tomaram corpo neste texto possibilitaram a elaboração de um Projeto Pedagógico de Curso, cuja característica valoriza uma série de experimentações com os quais o Curso de formação de professores na área de pedagogia, em rede e de forma continuada da UNEMAT vem aprimorando ao longo em duas décadas.

A Matriz curricular do curso foi dotada de um conjunto de disciplinas que possibilita acompanhar e incorporar a comunicação real e cultural da produção Escrita e oral e os temas relacionados à formação docente para que este atue na educação básica do ensino fundamental. É importante destacar que, se por um lado o rol das disciplinas atende a legalidade dos órgãos normatizadores dos cursos superiores, a concepção que as sustenta perpassa pela constante problematização e da produção na área de pedagogia e das pesquisas e discussões relacionadas à formação docente ofertada pelo curso.

Desse modo, a nossa expectativa é que este Projeto Pedagógico de Curso possa suscitar e incentivar a investigação e ainda mais as "artes de fazer", produzindo e se apropriando dos conhecimentos, das teorias e das metodologias relativas ao campo do saber pedagógico e da formação docente e que para além de sua missão precípua que é formar o professor pedagogo, promova e incentive a produção de um saber que esteja a serviço da formação humana.



5.2 Dados de Identificação do Curso

INSTITUIÇÃO: Universidade do Estado de Mato Grosso.

OBJETO: Pedido de aprovação do Curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia (do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica (Pública – MEC).

CURSO-OBJETO DO PEDIDO: Projeto Pedagógico do Curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia

HABILITAÇÃO: Licenciado em Pedagogia.

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1.320 (Mil, trezentos e vinte) horas.

NÚMERO DE ALUNOS: 60 (sessenta) "Turma única"

INGRESSO: Vestibular especial

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: 2 (dois) anos.

MODALIDADE: Diferenciada.

REGIME: Parceladas - Presencial.

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Diurno

LOCAL: Confresa -MT.

PERÍODO PREVISTO: 2016/2 à 2018/2.

ÓRGÃO PROPONENTE: UNEMAT/FAMMA-Faculdade Multidisciplinar do Campus Universitário do Médio Araguaia.

ÓRGÃOS PARCEIROS: SEDUC/Ministério da Educação e Cultura (CAPES/PARFOR)/ Prefeitura Municipal de Confresa.

UNIDADES RESPONSÁVEIS: PROEG/ Diretoria de Gestão do Programa Parceladas, Coordenação do Campus Universitário Médio Araguaia – Prefeitura de Confresa –MT.

ÓRGÃOS PARCEIROS: Ministério da Educação e Cultura MEC/ CAPES, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso- SEDUC, Prefeitura Municipal de Confresa- MT.

CLIENTELA: Professores em exercício na Educação Básica Pública, há pelo menos 3 (três) anos em área distinta da sua formação inicial, (conf. Art. 2º da Resolução CNE nº 1, de 11 de fevereiro de 2009) em Confresa./MT e município circunvizinho.

5.3 Caracterização do Curso

Este curso é o resultado da ação do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP Nº 8/2008 de 02/12/2008; Resolução CNE nº, de 11 de fevereiro de 2009; Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009) - com a colaboração do Ministério da Educação e instituições públicas de Educação Superior. Destina-se aos professores em exercício na Educação Básica Pública que atuam fora da área de sua graduação e abrange duas dimensões: a formação pedagógica que compreende disciplinas relativas à prática docente e a formação específica que inclui as disciplinas da área de pedagogia, perfazendo um total de mil e trezentas horas aula.

5.4 Justificativa do Curso

O presente projeto tem por finalidade atender a proposta de adesão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para o Plano de Ações Articuladas (PAR) do Estado de Mato Grosso em atendimento ao Decreto Nº 6.094, de 24/04/07, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. O PAR configura-se em um instrumento que se institui e se efetiva através do regime de colaboração entre governos municipais, estaduais e federais e das instituições públicas formadoras de professores, para que juntos possam atuar na mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Em observação ao Decreto Nº. 6.094, a adesão do Estado de Mato Grosso ao PAR esteve condicionada em primeiro lugar, a necessidade de se diagnosticar, profundamente, a realidade em que se encontra o Ensino Fundamental no Estado, tanto nas redes municipais como estadual com o propósito de se construir indicadores confiáveis que possam nortear de forma articulada e pontual todas as diretrizes e ações dos entes envolvidos, com vistas a contribuições efetivas para a melhoria dos índices da Educação Básica em Mato Grosso.



Para a elaboração dos cursos a serem oferecidos, a UNEMAT tomou com referência os dados estatísticos oficiais disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) sobre a situação atual dos professores que atuam nas redes municipais e estadual dos 141 municípios do Estado, a partir da organização dos 13 Pólos do Centro de Formação e Atualização de Professores (CEFAPRO), órgão responsável pela política de formação, sistematização e execução de projetos e programas da SEDUC, bem como, pelo desenvolvimento de parcerias com o MEC – Ministério de Educação, SMEs – Secretarias Municipais de Educação e IES – Instituições de Ensino Superior. A outra referência diz respeito à própria UNEMAT, no que concerne as localidades em que se encontra inserida no Estado, através dos Cursos de Licenciaturas e as modalidades com que são ofertados.

Conforme aponta os dados da SEDUC, o Estado de Mato Grosso tem, atualmente, no computo geral das escolas municipais e estaduais, um total de 26.948 professores, destes, 16.294 são licenciados e atuam em suas respectivas áreas, por outro lado, 11.695 professores encontram-se atuando em áreas diferentes de suas formações, outra parte possui curso de nível superior, mas não licenciados – a maioria bacharelado – e um numero considerável de professores sem nenhuma formação superior. É este contingente de professores que justifica a adesão do Estado ao PARFOR e é com base neste dados que a SEDUC precisa elaborar, propor e executar políticas públicas para a educação.

Segundo foi possível verificar nos dados publicados pelo Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Mato Grosso conseguiu obter 4,4 de média – a média nacional foi de 4,2. Nas séries finais do ensino fundamental, alvo do PARFOR, o Estado de Mato Grosso passou de 3,1 para 3,8, apontando com isto uma melhoria de 22,33%. O objetivo do MEC é que todas as séries atinjam níveis educacionais de países desenvolvidos até a divulgação do índice em 2022: alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental devem sair de 3,8 para 6 pontos; estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental devem saltar de 3,5 para 5,5 pontos e alunos do ensino médio devem subir de 3,4 para 5,2 pontos. A escala vai de 0 a 10. Como é possível



depreender, apesar do pequeno salto obtido pelo Estado, muito ainda precisa ser feito para atingir a meta Nacional e dentre as diversas questões que permeiam e dão sustentação para o Plano de Desenvolvimento da Educação, enquanto projeto Nacional, não poderá ser alçado se não houver políticas públicas muito bem articuladas (município, estado e nação) focadas na formação, qualificação e valorização dos professores.

Nesse sentido, a Diretoria de Gestão do Programa Parceladas com experiência de mais de 20 anos atuando com formação de professores do estado, em exercício, de forma inovadora e metodologia diferenciada, foi pela gestão da UNEMAT credenciada para atender as demandas do PARFOR, na oferta dos cursos presenciais do Programa Emergencial de formação de professores em exercícios na Educação Básica da Rede Pública do MEC, e oferecerá cursos de 1ª Licenciatura e de 2ª licenciatura na modalidade presencial atendendo os critérios e a demanda nos locais estabelecidos pelo PARFOR - Programa Emergencial de Formação de Professores da Educação Básica em exercício os cursos de segunda licenciatura visam capacitar os educadores que atuam a mais de três anos em uma outra área de sua formação.

Em especial o Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia faz-se necessário em função de atendimento às demandas da sociedade globalizada e informatizada que exigem profissionais cada vez mais qualificados na área da formação básica, pedagogia e nas diversas dimensões que esta engloba, inclusive na área de educação infantil, o curso justifica-se na medida que visa possibilitar aos profissionais da educação enfrentar os novos padrões culturais exigidos no mundo do trabalho. O curso oferece qualificação para enfrentar a as realidades que compõem a diversidade, as contradições e as possibilidades de desenvolvimento pedagógico nos diversos contextos educacionais, socioeconômicos e culturais do Estado de Mato Grosso.

Essa proposta de curso procura repensar a aprendizagem e ensino na área de alfabetização no ensino fundamental. Para tanto, não podemos deixar de negar a dimensão política e ideológica que sustenta o ensino nos anos iniciais. Por conta disso, a opção por trabalhar dentro de uma perspectiva mais



crítica. Assim, buscamos um redimensionamento da formação docente em pedagogia com a finalidade de construir um ensino mais crítico e dinâmico de no que refere às exigências da alfabetização, além de criarmos ações pedagógicas culturalmente mais sensíveis.

Contamos com os fundamentos, experiências e formato dos cursos do programa Parceladas vivenciados há mais de vinte anos, por diversos professores - pesquisadores no âmbito nacional, e por certo isso nos trazem segurança no atendimento as diretrizes estabelecidas no programa emergencial de formação de professores e ousadias para operar a execução desse curso.

5.5 Princípios Norteadores

Os princípios norteadores do projeto pedagógico do curso têm como base a fundamentação teórica e a experiência do Programa Parceladas, assim como a Legislação do MEC já descritas anteriormente no processo e nos permitiram referenciar a área de pedagogia conforme descreveremos abaixo .

A formação de professores pedagogos tem sido objeto permanente de discussões no meio universitário e no interior das entidades que representam esta categoria. Na última década, esse debate ganhou destaque, não apenas do ponto de vista da formação destes professores, mas também na legislação específica que regulamenta o ensino superior na área. Com base nesses debates, os princípios que nortearam o projeto Pedagógico podem ser resumidos nos seguintes:

O compromisso com a democratização das oportunidades educacionais respeitando as diferenças sociais, étnicas, políticas, culturais e religiosas dos estudantes;

A centralidade no estudante, promovendo o aprendizado de conteúdos significativos para ampliar seus horizontes culturais e as suas possibilidades de compreender e situar-se de forma conseqüente na sua realidade;

O entendimento de que os estudantes não devem ser simples executores de 'tarefas decididas externamente', mas constituem sujeitos



reflexivos que são capazes de estabelecer um diálogo importante com os conteúdos ministrados;

A aplicação de um currículo que, além de trabalhar os conteúdos mínimos exigidos pela legislação, também proponha uma reflexão sobre a atividade do professor de pedagogia, sobretudo as relacionadas à produção do conhecimento e ao ensino na educação básica.

O curso de Pedagogia deverá contemplar no interior do seu currículo, e não somente nas disciplinas específicas da área, reflexões e discussões acerca da prática do ensino de alfabetização que esteja em consonâncias com o letramento.

A partir dessas considerações, destaca-se a perspectiva sociointeracionista no processo de ensino e aprendizagem que propõe uma reflexão no ensino das letras, ao considerar o indivíduo como um ser social, apontando como essencial a sua interação com o ambiente em que vive e com as relações sociais para a construção do conhecimento e desenvolvimento psicológico. Essa visão reflete a necessidade de a sala de aula constituir um espaço onde o professor e os alunos tenham papel central na prática social de construção de conhecimento (MOITA LOPES, 1996). Para o desenvolvimento eficaz do ensino e aprendizagem, é importante salientar que os aspectos, como a motivação, a atitude, a autoconfiança e o controle da ansiedade são fundamentais, justificando o caráter epistemológico e ontológico inerentes ao indivíduo como ser social.

O curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia propõe uma análise reflexiva sobre a prática de alfabetização, conseqüentemente, uma visão diferenciada às aulas que priorizam comente a decodificação. Essa visão teórica também implica repensar o papel do professor e o uso do livro didático para que este possa ter melhor aproveitamento, de acordo com o conceito amplo de sociointeracionismo visto como conjunto de práticas sociais, cotidianas e culturais de uso da língua.

Essa proposta de curso procura repensar a aprendizagem e ensino na educação básica. Para tanto, não podemos deixar de negar a dimensão política e ideológica que sustentam a atuação do professor alfabetizador. Por conta



disso, a opção por trabalhar dentro de uma perspectiva mais crítica. Assim, buscamos um redimensionamento da formação docente de pedagogia com a finalidade de construir um ensino mais crítico e dinâmico de todas as áreas do conhecimento além de criarmos uma pedagogia culturalmente mais sensível.

5.6 Base Legal do Curso

O Programa Emergencial de Segunda Licenciatura – Curso de Pedagogia– orienta-se pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Orientações Curriculares para Educação Básica do Estado de Mato Grosso/ SEDUC e nas Diretrizes Curriculares para os cursos em Pedagogia. Este se fundamenta na Resolução CNE/CP 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica em nível superior e na legislação que trata especificamente dos cursos de Segunda Licenciatura (Parecer CNE/CP Nº 8/2008 de 02/12/2008; Resolução CNE nº, de 11 de fevereiro de 2009; Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009), que estabeleceram os mecanismos operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para professores em exercício na Educação Básica Pública. E as demais resoluções internas da UNEMAT.

5.7 Objetivos do Curso

- ✓ Fornecer bases teóricas para a compreensão do processo educativo, seus fundamentos e intervenções relativas à diversidade e pluralidade conceituais e metodológicas.
- ✓ Propiciar domínio, com perspectiva interdisciplinar, dos conceitos fundamentais das áreas abrangidas pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Matemática e Linguagem.
- ✓ Constituir uma práxis da ação educativa a fim de estar reconstruindo constantemente o fazer pedagógico.



- ✓ Problematizar as diversas concepções e práticas de ensino, inerentes às diversas áreas do conhecimento, construindo olhares reflexivos/investigativos, que sustentem e permitam a criação de práticas interventivas, nas interações da escola com a comunidade.
- ✓ Possibilitar a constituição de relações entre professores/alunos/conhecimentos que considere os professores e os alunos no espaço escolar e comunitário como sujeitos no processo de conhecimento e organização da vida comunitária.
- ✓ Promover na qualificação do professor, formação espiritual e humana, com perspectivas para a cooperação e solidariedade.
- ✓ Promover e organizar espaços que possibilitem ações comunicativas das produções acadêmicas e das intervenções na vida comunitária, construindo a competência comunicativa e socializadora como modo de ser professor crítico-reflexivo.
- ✓ Capacitar os sujeitos do processo ensino-aprendizagem a pensar e refletir as questões universais, tendo como ponto de partida os saberes que os constituem, as suas realidades, os seus lugares, as suas identidades e as suas culturas.
- ✓ Vincular os saberes universais produzidos pela humanidade, com os saberes dos sujeitos em formação, e com suas lutas de resistência no e do campo.
- ✓ Proporcionar a cada sujeito envolvido neste processo de formação, no sentido de aceitar e assumir o campo enquanto seu espaço de vida, de organização e de realização humana.
- ✓ Formar pessoas que vejam a si próprios como sujeitos de direitos, com capacidades de articulação, organização e de decisão sobre suas vidas.



- ✓ Possibilitar por meio de processos de aprendizagem, de ensino, pesquisa e extensão, a produção de novos conhecimentos que sustentem as lutas pela conquista da qualidade de vida e, conseqüentemente, pela permanência no campo.
- ✓ Colaborar na construção de estratégias e procedimentos que levem ao desenvolvimento social e humano, do campo e de seus habitantes.
- ✓ Construir o Projeto Político Pedagógico Escolar na articulação do espaço da escola e da vida da comunidade.
- ✓ Ampliar a capacidade do diálogo e interação de saberes entre os diferentes sujeitos que habitam o campo (assentados, acampados, pequenos agricultores, indígenas, posseiros, sem-terra, ribeirinhos/pescadores, meeiros, etc), a fim de que se reconheçam na luta e na resistência ao modelo excludente de agricultura, que inviabiliza a produção e a fixação do trabalhador no campo, no Estado de Mato Grosso.

5.8 Perfil do egresso do Curso

Os/as acadêmicos/as do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia, através de atitudes investigativas e de um esforço sistemático para aproximar, apreender, compreender o processo pedagógico, deverão ser capazes de refletir continuamente sobre a própria práxis na especificidade da educação básica e infantil. Isso deverá gerar Professores/as-Sujeitos, que não se satisfaçam com respostas limitadas ao senso comum, mas que avancem para a análise rigorosa e cientificamente conduzida, ao tratar dos problemas e questões que são propostas a partir das realidades vivenciadas no interior da escola e dos sistemas de ensino, bem como no seu entorno, especificamente no que concerne à organização da vida da comunidade.

Em sua atuação profissional deve propiciar aos educandos/as condições de autonomia frente ao processo da aprendizagem e da produção



de conhecimentos, organização da vida social, afetiva, lúdica, valorativa e produtiva.

O perfil proposto para o/a egresso do Curso de Pedagogia se consolida com base em um repertório de saberes teóricos e práticos. Para a configuração do perfil pretendido para o/a professor/a-educador/a será necessário efetivar alguns aspectos importantes, tais como:

- ✓ A construção de competência científica, didática e metodológica no trabalho pedagógico com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e adultos;
- ✓ Atuar no planejamento, organização e gestão de instituições e sistemas de ensino nas esferas administrativas e pedagógicas;
- ✓ Contribuir no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Instituição em que atua, realizando trabalho coletivo, solidário, interdisciplinar e investigativo;
- ✓ Exercer liderança pedagógica e intelectual, articulando-se aos movimentos sócio-culturais da comunidade e da sua categoria profissional;
- ✓ Desenvolver estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa da educação e da docência.

5.9 Competências e Habilidades

O Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura observa as seguintes competências e habilidades na formação do profissional da área para o exercício da docência nos diferentes espaços de produção e transmissão do saber:

- ✓ Ao longo da segunda graduação, é importante que o estudante compreenda o exercício do ofício do Professor de Pedagogia– ensino e pesquisa – como *compromisso social*, valorizando o exercício da cidadania como um direito e um dever de todos.



- ✓ O acesso ao conhecimento das diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam e questionam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações dentro das dimensões histórica, político-econômica e sócio-cultural, devem ser uma característica na formação desse profissional.
- ✓ É de vital relevância para a formação desse profissional, que este aprenda a problematizar nas diversas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço. A articulação entre passado e presente e entre diferentes lugares na busca da compreensão das questões contemporâneas precisa ser uma prática permanente na sua formação e atuação profissional nos diferentes espaços de produção, transmissão e apropriação do conhecimento da área de sua atuação.
- ✓ Para a concretização dessa proposta de formação, o curso de Segunda Licenciatura deve criar condições para que o estudante possa conhecer as interpretações propostas pelas diversas tendências sócio-culturais, em suas formas de comunicação: interpretações escritas, orais e tecnológicas, assim como pelas temáticas relacionadas à formação de professores pedagogos e suas respectivas áreas de atuação de forma a distinguir diferentes narrativas, metodologias, teorias e práticas pedagógicas.
- ✓ A formação do Professor pedagogo precisa ser concebida a partir da não dissociabilidade entre a pesquisa, a produção do conhecimento e o ensino. Ao longo da sua carreira, este profissional desenvolverá a prática da pesquisa como elemento necessário na produção do saber lingüístico, na formação continuada e do ensino da Língua materna e as demais áreas do conhecimento em diferentes esferas de atuação pedagógica.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Programa Emergencial de Segunda Licenciatura em Pedagogia está organizado em duas dimensões: formação pedagógica e específica, distribuída



em núcleo contextual, estrutural e integrador. As disciplinas que compõem o curso, estão articuladas em unidades curriculares de: Formação pedagógica, Formação Para o Exercício da Docência, Estágio Supervisionado e TCC. O curso desenvolverá as Atividades Curriculares no período de dois anos, divididos em quatro etapas presenciais e quatro de auto-organização (intermediárias), com a carga horária total de 1.300 horas.

6.1 Do Estágio Supervisionado do Curso

Segundo o texto da Resolução CNE/CP 1/2002, os cursos de Licenciatura devem apresentar uma organização curricular capaz de oferecer sólida formação teórico-prática aos professores. Essa preocupação está expressa em seu artigo 2º, que fundamenta a formação de professores:

I – o ensino visando à aprendizagem do aluno; II – o acolhimento e o trato da diversidade;

III – o exercício de atividades de enriquecimento cultural;

IV – o aprimoramento em práticas investigativas;

V – a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

VI – o uso de tecnologia da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;

VII – o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Nesse contexto, entendemos que a formação do professor consiste no desenvolvimento de um profissional engajado com a tarefa de desenvolver nos alunos uma aprendizagem que respeite a diversidade social e cultural, que estimule a autonomia do pensamento entre os educando.

Assim, torna-se necessário encarar o Estágio não apenas como uma atividade prática ou técnica, mas como uma atividade teórica de inserção, observação, leituras, aprendizados e novas ações a partir desses momentos. As



percepções construídas nesses instantes irão fundamentar a visão sobre o que é ser professor e suas especificidades, e determinará a tomada de posição do futuro professor frente à complexidade da escolha profissional.

De acordo com a resolução 029/2012 CONEPE Estágio Supervisionado tem por objetivo possibilitar o exercício, em docência, dos conhecimentos adquiridos nos respectivos cursos, repensando-os na aplicação prática, ainda, possibilitar momentos de reflexão sobre as situações-problema nos ambientes escolares e não escolares;

É certo que o estágio e suas abordagens não conseguem abarcar toda a complexidade apresentada pelo cotidiano escolar, nem iniciará estes estudantes no mundo da docência, pois eles já são professores. No entanto, estas são fundamentais para o exercício da reflexão sobre a escola e sua multiplicidade tendo como perspectiva a educação básica.

Todo esse contexto representa o processo de gestação de um comportamento, atitude de busca, de elaboração e consolidação de uma atividade docente pautada pelo exercício consciente e de transformação constante, criação, reinvenção, a ser realizado no cotidiano da escola, fundamentada e embasada nas especificidades em que a mesma se encontra inserida.

Nesse contexto, o Estágio Supervisionado de Ensino do Curso de Pedagogia do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura, tem como objetivo *(re) aproximar e (re) inserir* os acadêmicos em formação, à realidade escolar vivenciada nos municípios em que atuam como profissionais do ensino. Isto permitirá uma compreensão mais detalhada sobre as características das instituições de ensino, ao mesmo tempo em que possibilitará a estes profissionais uma postura reflexiva sobre ela. Como conseqüência, os estudantes deverão buscar a construção de uma prática pedagógica voltada ao atendimento das necessidades específicas da escola e das disciplinas em que atuam.

6.2 Os objetivos do Estágio Supervisionado em Pedagogia são:

- ✓ Compreensão do Estágio como componente essencial na formação do professor em pedagogia e da escola como campo de atuação, pesquisa e produção de saberes relacionados à profissão docente e ao ensino na educação básica.
- ✓ Desenvolvimento de uma visão crítico/reflexiva sobre o Estágio a partir da inserção em situações concretas de sala de aula através de observação e entrevista com docentes e regência no ensino fundamental.
- ✓ Compreender o papel das abordagens teóricas sobre o Estágio e a importância da relação teoria e prática na formação docente.
- ✓ Articulação entre o desenvolvimento do Estágio a formação inicial do professor.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado traz como proposta a formação de professores competentes no exercício da análise crítica, do conhecimento na área da docência, habilitados a trabalhar com novos referenciais teóricos e linguagens metodológicas que possibilitem, no espaço do ensino, criar e fazer criar o conhecimento no campo em que atua.

As atividades necessárias ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura em Pedagogia compreendem as seguintes etapas, a saber:

- ✓ I Etapa – observação/diagnóstico;
- ✓ II – Etapa - Sistematização do projeto de intervenção na Escola-campo;
- ✓ III – Etapa –Aplicabilidade do projeto de intervenção;
- ✓ IV- Etapa- Sistematização do Relatório de Estágio Supervisionado;

O Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia será, obrigatoriamente, realizado em organizações legalmente constituídas como: órgãos públicos (escolas municipais, estaduais, federais ou privadas) ou em eventos organizados pela instituição formadora de forma sistematizada proporcionando espaços de reflexão, avaliação dos envolvidos.



6.3 Caracterização e organização metodológica para o Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia.

Tendo em vista que os acadêmicos (as) do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia possui experiência profissional no exercício da docência ou do espaço escolar de modo geral, é que o Estágio foi pensado e será executado em quatro momentos distintos. De modo que, toda a organização e execução da I, II, III e IV Etapas consideram as normativas e resoluções do CNE, da UNEMAT que orientam a prática desta atividade e seus respectivos espaços de realização. Segue abaixo a proposta para a realização do Estágio Supervisionado no curso:

I Etapa

É o momento em que o acadêmico entregará a carta de apresentação aos responsáveis pela Unidade Escolar (Diretor, coordenares e professores) e iniciará o período de observação, aquisição de informações pertinentes a escola-campo e estudos sobre o ensino/aprendizagem nos anos iniciais, educação infantil e alfabetização de Jovens e Adultos da educação básica através de leituras e reflexões no que tange as Orientações, currículo, ações da escola inerente a disciplina. Essa Etapa consistirá em 70 h, podendo ser organizada conforme o calendário proposto pelo acadêmico a ser contemplado durante a Etapa Letiva Intermediária.

II Etapa

É o período em que cada acadêmico terá para confeccionar/estruturar o projeto de intervenção, onde as oficinas serão planejadas de acordo com a necessidade do público escolhido (aluno, professor ou comunidade). Uma vez que a proposta do estágio é levar o ensino/aprendizagem às pessoas que almejem atuar nos anos iniciais, alfabetização de Jovens e Adultos e ou educação infantil por necessidade social ou acadêmica, e assim cobrar postura crítica/reflexiva do acadêmico do Curso de Pedagogia, futuro professor. Nessa Etapa será disponibilizado 60 h, para que os alunos/estagiários organizem o projeto de intervenção, confeccionem material didático sob a orientação da



coordenação local e orientação do professor de estágio para efetivação da regência ou oficinas que contemplem as necessidades de aprendizagem do público em que se realizarão as oficinas.

III Etapa

A III Etapa do processo de Estágio Supervisionado é considerada regência efetiva das oficinas sistematizada anteriormente. Os alunos irão concentrar num período de 140 h as ações do projeto de intervenção para estabelecer o contato direto entre o ensino de alfabetização e o público desejado (aluno, professores, comunidade), assim estabelecer momentos de experiências enquanto professores pedagogos. Os futuros professores contarão com apoio do professor de estágio, coordenação local e bolsista, são profissionais que acompanham desde o início o processo de aprendizagem deles no Curso.

IV Etapa

Última etapa do processo de estágio, computada em 30 h, momento em que todos terão que redigir um relatório contendo todo o processo desenvolvido por cada um deles durante as 300 horas. O texto descritivo/analítico é um documento obrigatório para que se cumpra uma das disciplinas do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia. Nesse sentido, o calendário de estágio organizado pela Coordenação e professor de estágio também consistirá num documento que deverá obrigatoriamente ser cumprido com compromisso por parte do acadêmico, assim como, todos os documentos de acompanhamento ao estágio: (carta de apresentação, ficha do perfil acadêmico, ficha de acompanhamento ao estágio) devidamente assinados pelos responsáveis da escola-campo.

6.4 Avaliação do Estágio Supervisionado

Ao reconhecer que a avaliação é um processo contínuo que ocorre antes, durante e após a sistematização de ações pertinentes por meio de acompanhamento dos projetos construídos pelas pessoas responsáveis, as quais asseguram a identidade de cada instituição educativa. Ela é seguida de análise do desempenho do aluno durante o desenvolvimento de cada Etapa,



com participação efetiva nos momentos estabelecidos durante o estágio, assim se estabelecem critérios para que a reflexão de tais ações efetivadas seja feita em vários momentos.

Critérios de avaliação final e conclusão do estágio:

- ✓ Participação e envolvimento com compromisso nas Etapas do processo de estágio;
- ✓ Desenvolvimento das funções de competência em relação a educação básica;
- ✓ Produção escrita do relatório descritivo/analítico composto minuciosamente por todas as Etapas do estágio;
- ✓ Auto-avaliação da atuação profissional;
- ✓ Carga horária.
- ✓ Entrega de todos os documentos de acompanhamento ao estágio.

7. CAPÍTULO- ATIVIDADES COMPLEMENTARES – 105 H/a

De acordo com Resolução nº 041/2004 CONEPE as Atividades Complementares deverão ser cumpridas pelos estudantes ao longo do curso, com o objetivo de colaboração e aprofundamento do seu processo de formação profissional, proporcionando assim o seu enriquecimento acadêmico-científico-cultural. A carga horária mínima de 100 h/a deverá ser comprovada através da apresentação de certificados, declarações e/ou outros documentos de comprovação.

Entende-se por Atividades Complementares a participação em eventos; apresentação de trabalhos em congressos, simpósios e seminários; fóruns; publicação de resumo e/ou texto completo em eventos; palestras; artigos, capítulos de livros, livros; cursos de língua estrangeira; atuação como bolsista de iniciação científica em projetos de pesquisa devidamente aprovado pela instituição e/ou órgãos fomentadores; estágios extracurriculares; monitoria, participação como pesquisador/colaborador em pesquisa de iniciação científica sem bolsa; participação em projetos de extensão extracurriculares; frequência em oficinas de atividades didático-pedagógicas; participação/colaboração em



UNEMAT - UG150	
Fls. nº	Rubrica
53	J

projetos e ações de caráter científico, educativo, social, cultural e tecnológico; realização de assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional; participação e/ou organização de eventos científicos; viagens de estudo, cursos com carga horária de, no mínimo 20 (vinte) horas; estudo dirigido; entre outras.



8. CAPÍTULO- TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme a resolução 030/2012 CONEPE O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso consiste na realização de uma pesquisa individual, tendo como objetivo principal o aprofundamento de temáticas pertinentes à área de formação ofertada pelo Programa Emergencial de Segunda Licenciatura em Língua Inglesa. De acordo com resolução 030/2012 no Art. 1º. O objetivo do TCC é proporcionar aos acadêmicos a oportunidade de desenvolver uma pesquisa demonstrando o aproveitamento do curso, aprimorando a capacidade de articulação, interpretação e reflexão em sua área de formação, estimulando a produção científica.

Nessa perspectiva, os alunos, ao desenvolverem o processo de escolha da temática para pesquisa e produção do TCC, deverão optar por temas, problemas e questões propostos pelas disciplinas da matriz curricular, mediatizadas por reflexões sobre o Ensino de Língua Inglesa, tendo em vista a formação, os objetivos, as habilidades e competências previstas neste Projeto Político Pedagógico.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ocorrer em duas etapas, a saber:

1ª Etapa: compreende a elaboração de projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelos alunos, do qual resultará a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso;

2ª Etapa: compreende o desenvolvimento da pesquisa e a apresentação do TCC perante a Banca Examinadora.

A primeira etapa consiste na análise da proposta de pesquisa apresentada pelo aluno, sua relevância para a área em estudo e a coerência teórico-metodológica. Nesta, os possíveis problemas da pesquisa serão apontados pelo professor responsável pela disciplina.

A segunda etapa contempla a avaliação do TCC que deverá levar em consideração o domínio historiográfico, a coerência entre a problematização, os



objetivos propostos, a argumentação e a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa desenvolvida pelos estudantes.

9. CAPÍTULO- AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação na educação superior tem sido objeto de inúmeras discussões, à medida que novos paradigmas educacionais ganham status de legitimidade nos fóruns acadêmicos. Há um consenso de que a avaliação é uma das etapas do processo de ensino e aprendizagem na qual, através de diversos mecanismos e atividades específicas, o educador realiza a verificação sobre a compreensão e aproveitamento dos objetivos propostos, possibilitando ajustes e redirecionamentos das atividades didático-pedagógicas.

Os mecanismos de avaliação somente cumprirão suas finalidades se conseguirem apreender o uso e adequação das competências e habilidades essenciais à formação do profissional com Licenciatura em Pedagogia: docência, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a avaliação no processo de formação do professor de pedagogo do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura deve garantir o desenvolvimento pleno dos objetivos, das competências e habilidades propostas nesse Projeto Político Pedagógico.

A elaboração dos Planos de Ensino das disciplinas da grade curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia deve apresentar as formas e instrumentos para avaliar os conteúdos, as habilidades e competências para a formação do professor que atuará na área. A escolha das formas e instrumentos de avaliação estará a cargo e responsabilidade direta de cada professor em suas respectivas áreas de atuação. No entanto, não podemos perder de vista a concepção de que esta é uma relação pedagógica em sua total integralidade, isto é, ela deve ser prática, permanente e afirmativa. Desta forma, os estudantes não devem ser avaliados apenas em um momento, mas em todas as ações por ele desenvolvidas. Outra questão importante sobre a avaliação é que ela é uma via de mão dupla: não apenas os estudantes devem ser avaliados, mas professores e coordenação do curso fazem parte deste processo.



O domínio dos conteúdos trabalhados poderá ser avaliado através da produção de texto, seminários, debates, frequência e participação em aula, resenhas, relatórios, atividades individuais e/ou coletivas, entre outras.

Esses mecanismos constituem-se em formas de aferir as condições e capacidades de análise e compreensão dos objetos, fontes históricas, visando à análise das semelhanças, diferenças e relações. Ao mesmo tempo, possibilitam também a análise crítica, discussão, interpretação e avaliação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, das categorias de análise, as diferentes teorias, as metodologias de ensino e uso de novas tecnologias e linguagens, das fontes históricas, dos textos e autores estudados etc.

Ressalta-se que o registro das atividades de avaliação será realizado por meio de notas, conforme legislação vigente na UNEMAT.



9 - CURRÍCULO PLENO ADOTADO, EMENTÁRIO, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR



9.1 Integralização do Curso

O curso tem duração de 02 (dois) anos, funcionando com calendário distribuído semestralmente. Levando em conta essa realidade, o Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia foi estruturado de maneira a garantir aos acadêmicos a qualidade que lhes permitisse entrar em contato com o saber construído e produzir o conhecimento novo, acostumando-se a formular sempre mais perguntas e buscar as respostas, num processo contínuo de investigação.

Nesse sentido, a matriz curricular estabelece duas dimensões da formação do professor:

1º - Formação Pedagógica – Busca-se, neste período aprimorar a leitura, a escrita e a prática docente, oferecendo blocos de disciplinas básicas que ajudam a construir uma melhor compreensão do processo educativo e da necessidade de engajamento do professor nesse processo. Oferece, assim, o espaço de discussão das práticas pedagógico-didáticas em uso e proporciona novas experiências nesse sentido; este trabalho é realizado durante todo o curso, preferencialmente nas salas de aula das escolas em que os professores-acadêmicos exercem a docência. Este modo de proceder economiza tempo e esforço preciosos para a formação pedagógica, que são empregados para intensificar as ações pedagógicas que vão ao encontro do ensino de alfabetização que busque integrar aos outros aspectos da formação humana. A metodologia utilizada no desenvolvimento de cada disciplina representa, na concepção em que se fundamenta o Curso, uma contribuição muito grande para mudanças nas práticas pedagógicas cotidianas.

2º - Formação Específica – proporciona um conhecimento básico e ao mesmo tempo diversificado, por isso, as ações de ensino/aprendizagem deverá apontar possibilidades de aprofundamentos por meio da pesquisa, por parte dos acadêmicos.



Do Currículo Mínimo e Pleno

Entendendo que a organização curricular proposta não é acabada, nem definitiva, ao contrário, se mantém sob a base de constantes discussões, pois é considerada nessa perspectiva, objeto de pesquisa e estudos. Nesse sentido, foi proposto para o currículo do curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia, o seguinte corpo de conhecimento, com duas áreas fundamentais: Conhecimento Pedagógico e Conhecimento Específico.

9.2 Currículo Pleno do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia

Unidade Curricular I - Formação Pedagógica							
Disciplina	CH	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos da Educação Infantil	60	4	0	0	0	0	
Pesquisa Educacional I	60	1	1	0	2	0	
Fundamentos de Alfabetização e Letramento	60	3	1	0	0	0	
Fundamentos da Matemática	60	3	1	0	0	0	
Filosofia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Sociologia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Total	360h	19	3	0	2	0	

Unidade Curricular II - Formação Específica - Profissional, Estágio e TCC							
Disciplina	CH	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	60	3	1	0	0	0	
Alfabetização e Letramento	60	3	1	0	0	0	
Estágio Curricular Supervisionado I	105	1	2	0	4	0	
Estágio Curricular Supervisionado II	105	1	2	0	4	0	Estágio Curricular Supervisionado I
Fundamento e Metodologias para educação infantil	60	3	0	1	0	0	
Fundamentos de Ciências Naturais e Ambientais	45	2	1	0	0	0	
Psicologia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Fundamentos e Metodologias da Matemática	45	2	1	0	0	0	
Fundamentos e Metodologias de Ciências Sociais	45	3	0	0	0	0	
Didática da Alfabetização	45	3	0	0	0	0	
Avaliação Educacional	45	3	0	0	0	0	
Total	675 h	26	9	0	8	0	

Unidade Curricular III - Formação Complementar - Eletivas Obrigatórias							
Disciplina	C.H.	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.	60	3	0	0	0	0	
LIBRAS- Língua Brasileira	60	1	3	0	0	0	



de Sinais						
Literaturas Africanas de Língua Oficial Portuguesa	60	4	0	0	0	0
Total	150 h	7	3	0	0	0

Ord.	Componentes da matriz curricular	Carga horária
1	Unidade curricular I	360
2	Unidade curricular II	675
3	Unidade curricular III	150
4	Atividades Complementares	135
5	Total da Carga Horária do Curso	1.320 h

OBSERVAÇÕES:

Definição dos créditos nas disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, conforme normatização acadêmica da Unemat (Resolução Nº 054- CONEPE/2011 em seus artigos abaixo descritos:

Art. 10. O Crédito é a unidade de medida do trabalho acadêmico dos cursos de graduação da UNEMAT e corresponde a 15 (quinze) horas de atividades acadêmicas.

Art. 11. As atividades acadêmicas compreendem:

I – aulas teóricas – correspondente a letra T do inciso I do Art. 21;

II – aulas práticas - componente curricular – correspondente a letra P do inciso II do Art. 21;

III – aulas práticas laboratoriais – correspondente a letra L do inciso III do Art. 21;

IV – atividades de Campo – correspondente a letra C do inciso IV do Art. 21;

V – estudo a distância – correspondente a letra D do inciso V do Art. 21.

Art. 12. A distribuição da carga horária em créditos se dará de acordo com o perfil do discente que se pretende formar e a ementa de cada uma das disciplinas, definida no conjunto dos componentes curriculares do PPC:

I – O "crédito-teórico" é a unidade de medida da atividade discente nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas teóricas, com a presença do docente responsável pela disciplina.

II – O "crédito-prático" é a unidade de medida da atividade discente nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas práticas e/ou atividades, com a presença do docente responsável pela disciplina, quando esta assim o exigir.

III – O "crédito-laboratório" é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas em laboratórios, com característica de prática pedagógica ou de experimentos, com a presença do docente responsável pela disciplina, quando esta assim o exigir.

IV – O "crédito-campo" é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às atividades de campo previstas no PPC a serem desenvolvidas sob orientação ou supervisão do professor, quando esta assim o exigir.

V – O "crédito à distância" é a unidade de medida de atividades discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, correspondente às aulas e/ou atividades realizadas

exclusivamente por meio eletrônico, associadas ou não ao apoio das atividades teóricas, práticas ou de laboratório, sob a orientação do professor.

9.2.1 Distribuição de disciplinas por Semestre/Etapa/Fase

Primeiro Semestre/Etapa/ Fase (Jan/Fev 2017)							
Disciplina	C.H	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos da Educação Infantil	60	4	0	0	0	0	
Pesquisa Educacional I	60	1	1	0	2	0	
Fundamentos de Alfabetização e Letramento	60	3	1	0	0	0	
Fundamentos da Matemática	60	3	1	0	0	0	
Filosofia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Sociologia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Estágio Curricular Supervisionado I	105	1	2	0	4	0	
Total	465	20	5	0	6	0	

Segundo Semestre/Etapa/ Fase (Julho 2017)							
Disciplina	C.H	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	60	3	1	0	0	0	
Alfabetização e Letramento	60	3	1	0	0	0	
Fundamento e Metodologias para educação infantil	60	3	0	1	0	0	
Fundamentos de Ciências Naturais e Ambientais	45	2	1	0	0	0	
Total	225	11	3	1	0	0	

Terceiro Semestre/Etapa/ Fase (Jan/Fev./2018)							
Disciplina	C.H	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Psicologia da Educação	60	4	0	0	0	0	
Fundamentos e Metodologias da Matemática	45	2	1	0	0	0	
Fundamentos e Metodologias de Ciências Sociais	45	3	0	0	0	0	
Didática da Alfabetização	45	3	0	0	0	0	
Avaliação Educacional	45	3	0	0	0	0	
Estágio Curricular Supervisionado II	105	1	2	0	4	0	Estágio Curricular Supervisionado I
Total	345	16	3	0	4	0	



Quarto Semestre/Etapa/ Fase (Julho 2018)							
Disciplina	C.H	Crédito					Pré-requisito
		T	P	L	C	D	
Fundamentos da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.	60	4	0	0	0	0	
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais	60	1	3	0	0	0	
Literaturas Africanas de Língua Oficial Portuguesa	60	4	0	0	0	0	
Total	180h	9	3	0	0	0	

9.3 - EMENTÁRIO, INDICAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR DAS DISCIPLINAS

Disciplina: Fundamentos da Matemática

Carga Horária: 65h

Créditos: 3.1.0.0.0

Ementa: Compreensão dos conhecimentos matemáticos empíricos e sua relação com a matemática formal. Leitura e organização de dados estatísticos. Conhecimento da Geometria, Números Racionais Relativos, Porcentagem, Regra de três, Sistemas de medidas e outros saberes da matemática formal e a significação destes na vida no campo, numa perspectiva de etnomatemática.

Bibliografia Básica:

BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

BIEMBENGUT, M.S & Hein, N. (2000). Modelagem Matemática no Ensino. São Paulo: Editora Contexto

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Editora Ática, 1998. 88p.

ETNOMATEMÁTICA: Elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Tendências em Educação Matemática).

Bibliografia Complementar:

D'AMBROSIO, U. (1993). "Etnomatemática: um programa a educação matemática." Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Blumenau: SBEM, Ano 1 (p. 5- 11).

_____. (1990). Etnomatemática. São Paulo: Editora Atica. E LEÓN, P.C. Grandeza de los Incas. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1997. 79p.

FERREIRA, E.S. Etnomatemática: Uma proposta metodológica. Rio de Janeiro: MEM/USU, 1997. 101p. (Série Reflexão em Educação Matemática, 3).

OREY, D., Rosa, M. (2003). "Vinho e Queijo: Etnomatemática e Modelagem." BOLEMA: Boletim de Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista - UNESP - Rio Claro, Brasil. Ano 16, no 20, 2003, pp 1-16.

Disciplina: Fundamentos de Alfabetização e Letramento

Rua JK, s/n, Centro

Tel.: (66) 3564-1431

Site: www.unemat.br/ - e-mail: nucleoconfresa@unemat.br

Carga Horária: 60h

Créditos: 3.1.0.0.0

Ementa:

Conceitos de alfabetização e letramento (alfabetismo, alfabetização, analfabetismo, letramento, "litteracy"). Alfabetização e letramento como processos que se entrecruzam. A leitura de mundo e leitura da palavra: tensões mútuas. A natureza da leitura e da escrita e seus processos na perspectiva da aprendizagem. A função social da leitura e da escrita no contexto do campo.

Bibliografia Básica:

BERNARDIN, Jacques. As crianças e a cultura escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.
BOURDIEU, Pierre & PASSERON, J. (1982). A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
FREIRE, A. M. A. (Org.). A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
TFOUNI, Leda V. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia Complementar:

ILLICH, Ivan. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga - In: ONG, W. (Org.) Oralidade e escrita: a tecnologia da palavra. Campinas: Papirus, 1998.
LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos Meios Populares – as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.
PASUCH, Jaqueline. Entrelaçamento de vozes num mundo analfabetizado: o contexto da Amazônia. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2000.
TFOUNI, Leda V. A escrita remédio ou veneno? In: AZEVEDO, M. & MARQUES, M. (Orgs). Alfabetização Hoje. São Paulo: Cortez, 1994. P.51-69.
. Letramento e Alfabetização. São Paulo, Cortez, 1995.

Disciplina: Pesquisa Educacional I

Carga Horária: 60h

Créditos: 1.1.0.2.0

Ementa:

Componentes de um projeto de pesquisa. Construção da problemática de pesquisa/delimitação do objeto, leituras orientadas tendo em vista o tema. Constituição inicial de referencial teórico, com retomada de fichas de leituras, resumos, anotações do diário de campo e das discussões decorrentes das disciplinas presenciais.

Bibliografia Básica:

BARBOSA FILHO, Manuel. Introdução à pesquisa; métodos, técnicas e instrumentos. 2.ed. Rio de Janeiro: livros Técnicos e Científicos, 1978.
BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender; introdução à metodologia científica. E.ed. Petrópolis, Vozes, 1992.
GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. E ed. São Paulo, Atlas, 1994.
LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1985.

Bibliografia Complementar

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 20.ed. São Paulo:



Cortez, 1996.
TOBIAS, Antonio José. Como fazer sua pesquisa. São Paulo: AM edições, 1992.
TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

Disciplina: Filosofia da Educação

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0.0

Ementa:

As abordagens filosóficas que orientam e fundamentam as concepções de educação, considerando as dimensões ético-estético-políticas da educação, na perspectiva do cuidado. As abordagens epistemológicas que fundamentam as práticas pedagógicas. A questão dos sentidos da educação e suas contribuições no processo de construção das sociedades humanas e da hominização.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
MENDES, Durmeval Trigueiro (coord.). Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
MONDIN, Battista. O Homem, quem é ele?: elementos de antropologia filosófica. 7. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
MORIN, Edgar. Saberes Globais e Saberes Locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo. Nova Era: a civilização planetária. 2 ed. São Paulo : Ática, 1994.
COMÊNIO. Didática Magna. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, s/d.
DELORS, Jacques (org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo : Cortez; Brasília : MEC : UNESCO, 1998.
DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis: Vozes, 1993.

Disciplina: Sociologia da Educação

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0.0

Ementa:

Analisa a relação entre Sociedade, Estado e Educação. Situa a política educacional no contexto das políticas públicas. Destaca as perspectivas e tendências contemporâneas das políticas educacionais expressas nas reformas educacionais. Analisa a educação nas Constituições Federais, nas leis orgânicas e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) até a década de 1980. Proporciona a compreensão da estrutura e funcionamento da educação básica no Brasil.

Bibliografia Básica:

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre: ARTMED, 1989.
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997.
BOBBIO, Norberto. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CASTELLS, M. et. al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto



Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar

- CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996. COMPARATO, F.K Educação e poder. São Paulo: Brasiliense, 1987.
COSTA, Marisa Vorraber (org). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.
CUNHA, Luís Antonio e Góes, Moacir. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
CURY, C.R.J. Educação e contradição. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
FERNANDES ENGUITA, M. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. (Coleção estudos culturais em educação).
FRIGOTTO, Gaudêncio. Pauperização, trabalho e educação. A profissionalização em questão. Cadernos CEDES 31, 1993.
RODRIGUES, José Albertino. Durkheim – Sociologia. São Paulo, Editora Ática, 1981

Disciplina: Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa

Carga Horária: 60h

Créditos: 3.1.0.0.0

Ementa:

O trabalho com a Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, tendo como referências a oralidade, as múltiplas leituras – leitura do mundo e leitura da palavra – as diversidades de produção de escrita, e a estruturação formal da língua, relacionada com situações expressivas e significativas do cotidiano do aluno.

Bibliografia Básica:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 16.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
DELL'LSOLA, Regina L. P. E MENDES, Eliana, A. De Mendonça (org.). Reflexos sobre a língua portuguesa: ensino e pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 1997.
GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: <artins Fontes, 1991.
JESUALDO, A Literatura Infantil: ensaio sobre ética, estética e psicopedagogia da literatura infantil. Trad. James Amado. São Paulo: Cultrix, 1982.
LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade. 4 ed São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar

- ABAURRE, Maria Bernadete et al. Cenas de Aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.
CITELLI, Adilson Odair. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994.
GERALDI, João Wanderley et al. Retrospectiva – Linguística, ensino da Língua Materna e formação de professores. In: Revista de documentação e estudos em linguística teórica e aplicada (D.E.L.T.A.). PUC, São Paulo: v. 12, n2, 1996.



NUNES, Terezinha, et. alii. Dificuldade na aprendizagem da leitura: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1992.

PRETI, D. Sociolinguística: os níveis da fala. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1989.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura na escola e na biblioteca. 5 ed Campinas: Papyrus, 1995.

SUASSUNA, Livia. Ensino de Língua Portuguesa. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura, perspectivas Interdisciplinares. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado I

Carga Horária: 105h

Créditos: 1.2.0.4.0

Ementa:

Reconhecimento de instituições, projetos e experiências de desenvolvimento curricular em diferentes espaços educativos. Observação e análise de experiências docentes, em escolas de Educação Básica, com respaldo teórico e crítico. Capacitação do licenciando como profissional do magistério. Desenvolvimento de práticas pedagógicas, reflexivas, criativas e críticas, teoricamente fundamentadas.

Bibliografia Básica:

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. MEC, 1997.

MONTEIRO, A.M.F.C. A Prática de Ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, V. (org) Didática. Currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA Maria Socorro Lucena (orgs). Estágio e Docência, São Paulo, Cortez Editora, 2004.

PERRENOUD.P. et alii. As competências para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre, Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

ROMANOWSKI, J. MARTINS. P. L. de Oliveira, JUNQUEIRA. S.R.A., Conhecimento local e o conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Vol.1, Curitiba, editora Universitária Champagnat, 2004.

CURY Carlos Alberto Jamil. Estágio Supervisionado na formação docente. In LISITA. Verbena, SOUSA, Luciana Freire (orgs) Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II

Carga Horária: 105h

Créditos: 1.2.0.4.0

Ementa:



Planejamento e execução de aulas. Discussão em torno dos desafios postos ao planejamento das aulas. Articulação entre material didático e os planos de ensino. Observação do planejamento de um professor de pedagogia e sua execução. Estratégias didáticas, avaliativas e possibilidades metodológicas na sala de aula. Continuidade nas atividades de regência em sala de aula, acrescentando-se a elaboração de uma atividade avaliativa, a ser corrigida pelo estagiário supervisionado. Elaboração do Relatório Final de Estágio. Orientações relativas a descrição, ao relato de intervenção e a reflexão. Normatização do relatório de estágio enquanto documento de estágio.

Bibliografia Básica:

- BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª ed. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Mediação Editora, 8. ed. 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e profissão docente. São Paulo-SP. Cortez, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro et al (org). Repensando a Didática. 8. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1993.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº. 7**, de 7 de julho de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília, 2010.
- _____. **Lei nº. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
- _____. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª ed. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.
- BUSQUETS, Maria Dolores et. al. Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- CANAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- COSTA, Marisa Vorraber. Escola Básica na Virada do Século. São Paulo: Cortez, 2000.
- WILLIAMS, A. Aprendendo a ser trabalhador, a escola resistência e reprodução cultura. Porto Alegre. Artes Médicas, 1991.
- WEIL, Pierre. Rumo à Nova Transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento. São Paulo: Summs, 1993.
- ANDRÉ, Marli Elisa D.de. Etnografia da Prática Escolar. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- CANAU, Vera Maria. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2. ed.
- COSTA, Marisa Vorraber. Escola Básica na Virada do Século. São Paulo: Cortez, 2000.
- FAZENDA, Ivani Catarina. Interdisciplinaridade: um Projeto em Parceria. São Paulo: Loyola, 1991.
- FAZENDA, Ivani. Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na pré-escola. São Paulo: Ática, 1998.

Disciplina: Fundamento e Metodologias para educação infantil

Carga Horária: 60h

Créditos: 3.0.1.0.0

Ementa:

Funções sociais da escola e os sentidos de ser criança e estar na escola. Os sujeitos do espaço escolar. As articulações político-pedagógicas e as práticas educativas relacionadas a comunidade escolar. Processos de construção de projetos de pesquisa com crianças e o desenvolvimento do espírito científico. Relações com os saberes e as aprendizagens escolares e extra-escolares. Práticas investigativas, interventivas e de organização dos saberes escolares na vida do campo.

Bibliografia Básica:

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia.

Cadernos de Pesquisa, nº. 97, maio, São Paulo, 1996, p. 47-63.

_____. Da relação com o saber. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

Bibliografia Complementar

ABAURRE, M.B.M. "Linguística e psicopedagogia". In: SCOZ, B.J.L. et alii. Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1993. (p. 9-34 e um capítulo de livre escolha).

BERGER, P.; Luckmann, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

CANDAU, V.M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo: o relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, R. (org.) A produção cultural para a criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.9-27.

NOGUEIRA, Denise C. A criança pequena produz cultura? Um estudo introdutório sobre o convívio das diferenças entre crianças pré-escolares. TCC, FE-UNICAMP, 1997 (trabalho apresentado para conclusão do curso de Pedagogia).

Disciplina: Fundamentos de Ciências Naturais e Ambientais

Carga Horária: 45h

Créditos: 2.1.0.0.0

Ementa:

Relações entre ciências, tecnologia, sociedade e educação. Objetivos do ensino de ciências naturais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos das ciências naturais. Percepção das crianças e adultos sobre si mesmos, o espaço que os circundam e as relações que estabelecem com ele. Construções das crianças acerca dos fenômenos naturais e suas relações com o meio. O processo de aprendizagem das ciências naturais na infância, juventude e vida adulta, metodologias e atividades para o seu desenvolvimento. A biologia, a química, a física, a ecologia, programa de saúde e a educação ambiental como áreas de estudo.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, O. "Ciência e Tecnologia - um enfoque epistemológico". Revista Unicsul.

(pp. 7-23), São Paulo, 1997.

COSTA, M. C. M. Seleção Natural. Curso de aperfeiçoamento de professores. Lavras: UEMG, 1996.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma visão econômica. Revista Conjuntura Econômica (pp 44-48), 2000.

É BOM SABER. Ciência na escola - Como a criança vê a evolução dos seres vivos. Ciência hoje Vol. 19/ nº 114. 45-77 pp. 1995.

Bibliografia Complementar

ALVES, Nilda. Formação de professores pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1996.

ARGÜELLO, Carlos Alfredo. Ciência na Escola: a escola sem muros.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES - Ciranda da Ciência. São Paulo:, 1993(p. 15 a 25).

FRACALANZA, Hilário et alli O ensino de ciências no primeiro grau (projeto magistério) São Paulo: Atual, 1985.

GRÜNN, Mauro. Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental no consenso um embate? Campinas: Papirus. 67-86 pp. 2000.

KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de biologia. Harbra.

LEMONS, J. P. S. & ROHA, J. F. V. "Interconexão entre o homem e a natureza". Ciência hoje. Vol. 22/nº 129. 47-55 pp.

LOPES, S. G. B. C. Biologia 2- Seres vivos. 11 ed.. São Paulo: Saraiva, 1994.

MATURANA R. Humberto. A ontologia da realidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MEDINA, N. M. Relações históricas entre sociedade ambiente e educação. Brasília. 2-24 pp., 1996.

MERLEAU-PONTY. A fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORAIS, Maria Cândida. Educar na Biologia do Amor e da Solidariedade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

SILVA JUNIOR, C DA & SASSON, S. Biologia 2: Seres vivos, Estrutura e Função. 6 ed. Ver. e Atual. (p. 48-77). São Paulo: Editora Atual, 1990.

TOMAZELLO, M. G. C. & SCHIEL, D. O livro da experimentoteca: educação para as ciências da natureza através de práticas experimentais. Vol. 01. Piracicaba-S: VITAE/UNIMEP/USP, 2000.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VERNIER, J. O meio ambiente. Campinas: Papirus. 97-1001 pp. 2000.]

WEISMANN, Hilda et al. Didática das Ciências Naturais (contribuições e reflexões). Harbra.

ZÓBOLI, Graziella. Práticas de ensino, subsídios para a atividade docente. São



Paulo: Ática, 9 ed, 1998.

Disciplina: Psicologia da Educação

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0.0

Ementa:

Estudos do desenvolvimento humano e suas interações, considerando suas dimensões: física, cognitiva, social, afetiva e emocional. Os processos de socialização, individualização, pluralidade e aprendizagens. Estudo da formação da subjetividade e da constituição da singularidade. As expressões e representações do mundo pela criança e pelo adulto.

Bibliografia Básica:

- BECKER, Fernando. Aprendizagem e Conhecimento Escolar. Pelotas: Educat, 2002.
BOCK, Ana Maria; GONÇALVES, M. Graça; FURTADO, Odair (Orgs.). Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia). 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.
CARRARA, Kester. Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. Kester Carrara (Org.) São Paulo: Avercamp, 2004.
PLACCO, Vera Nigro de Souza. Psicologia & Educação: revendo contribuições. Abigail Alvarenga Mahoney. et al.: Vera Maria Nigro de Souza Placco. São Paulo: Educ, 2007.
SALVADOR, César Coll org. Psicologia da Educação. César Coll Salvador. [et al] Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Bibliografia Complementar

- BECKER, Fernando. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
BOCK, Ana M. Bahia. Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. Temas em Psicologia e Educação. São Paulo: Autêntica, 2005.
CUNHA, Marcus Vinícius da. Psicologia da Educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
VYGOTSKY, Lev Semenovich. A Formação social da mente. São Paulo: Martins e Fontes, 1994.
VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins e Fontes, 1994.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias da Matemática

Carga Horária: 45h

Créditos: 2.1.0.0.0

Ementa:

A natureza do conhecimento lógico-matemático. Os saberes matemáticos do currículo das séries iniciais do Ensino Fundamental (Sistema de Numeração Decimal, números racionais, aritmética, espaço e forma, grandezas e medidas e tratamento de informações), suas especificidades, orientações didáticas direcionadas e a elaboração de materiais pedagógicos. Saberes matemáticos populares que participam do trabalho no campo. O desenvolvimento psicogenético compreendido nas quantidades discretas (classificação, seriação e inclusão de classe) e as



quantidades contínuas (volume, peso, massa comprimento e área). A aplicabilidade da matemática formal na resolução de problemas da vida no campo.

Bibliografia Básica:

DOUBONOV, I. Erros nas demonstrações geométricas. Trad. por Robinson Moura Tenório. SP. Atual, 1996. (col. Matemática: apreendendo e ensinando).

IEZZI, Gelson et. al. Matemática – volume único. SP. Atual, 1995. IMENES, Luiz Márcio Pereira. Geometria / Imenes, Jakubo e Lellis. SP. Atual, 1997. (Coleção Pra que serve Matemática).

_____. Matemática / Imenes e Lellis. SP. Scipione, 1998. Volumes 7 e 8.

MACHADO, Antônio dos Santos. Matemática – Temas e Metas. Volume 1,2,3,4, 5 e 6 SP. Atual, 1999.

MACHADO, Nilson José (coord.) Atividades de Geometria. SP. Atual, 1996

Bibliografia Complementar

IMENES, Luiz. et.al. Matemática 5ª a 8ª séries. São Paulo: Scipione, 1998.

BOLTIANSKI, V.G. Figuras equivalentes e equicompostas. Trad. Por Seiji Hariki. SP. Atual, 1996. (col. Matemática: aprendendo e ensinando).

COXFORD, Arthur F. e SHULTE, Alberto P. (orgs.). As idéias da Álgebra. Trad. por Hygino H. Domingues. SP. Atual, 1995.

SOUZA, Júlio César e Mello. Matemática Divertida e Curiosa. RJ. Record, 1999.

Revista do Professor de Matemática. Sociedade Brasileira de Matemática.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias de Ciências Sociais

Carga Horária: 45h

Créditos: 3.0.0.0.0

Ementa:

Noções básicas e conceitos fundamental de história e geografia. As ciências sociais na perspectiva da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de jovens e Adultos, bases conceituais e metodologias. As questões sócio-ambientais na educação das crianças e interações humanas. Os instrumentais usados para a leitura e registro histórico-geográfico: periodização, memória, registros documentais, representações cartográficas; dados estatísticos, demográficos e localização espacial.

Bibliografia Básica:

docente. Teoria & Educação, 4. Porto Alegre : Pannonica Editora Ltda., 1991, p.41-61.

LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUXEMBURG, R. A acumulação do capital. Trad. Moniz Bandeira. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

OHLWEILER, A O. Materialismo histórico e crise contemporânea. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985.

PEREIRA, William César Castilho. Nas Trilhas do Trabalho Comunitário e Social;

teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001

Bibliografia Complementar

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2001.

LATOUR, R. "O exótico homem das idades- autores". Folha de São Paulo, 1998.

LEROY, Jean-Pierre, et al. Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Trad. Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Formação de professores e profissão docente. IN: NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Marta Khol. Vygotsky: alguns equívocos na interpretação de seu pensamento. IN: Cadernos de Pesquisa nº 81. São Paulo: Cortez, FCC, 1992, p.67-69.

_____. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Rediscutindo a natureza do ensino. IN: Escola Básica. CEDES/ANPEd/ANDE. Campinas: Papyrus, 1992a.

_____. Didática e Construtivismo. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Goiânia: 1994a, mimeo.

PAIVA, Vanilda. Paulo Freire: e o nacionalismo desenvolvimentista. São Paulo: Graal, 2000.

PALANGANO, Isilda Campaner; Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky (a relevância do social). São Paulo: Plexus, 1994.

PALUDO, Conceição. Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Disciplina: Didática da Alfabetização

Carga Horária: 45h

Créditos: 3.0.0.0.0

Ementa:

Construção da elaboração dos sinais gráficos articulados a sua dimensão contextual de significação. Compreensão do processo da alfabetização, e diferentes níveis de aprendizagem, partindo do ponto de domínio da criança e do adulto. Estudos das diferentes propostas teóricas e metodológicas de alfabetização. As teorias e correntes pedagógicas que discutem a relação professor/aluno/aprendizagem. A alfabetização a partir da construção do conhecimento pela criança e pelo adulto, valorizando-os enquanto ser ativo e capaz.

Bibliografia Básica:

FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre Alfabetização. São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FOUCAMBERT, Jean. A Leitura em Questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

RODARI, Gianni. Gramática da fantasia. São Paulo: Summus, 1982. (p. 51-63/ 98-110/ 115-121/ 137/144).

Bibliografia Complementar

- _____. Alfabetização sem o ba-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 1999.
- CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, A-M; CLESSE, C & HEBRÁRD, J. Ler e escrever: entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artmed, 1996.(grupos)
- CRAIDY, Carmem M. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- EDWARDS, C; GANDINI, L & FORMAN, G. (Orgs). As cem linguagens da criança – a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. (2º capítulo).
- FREIRE, P. & MACEDO, D. Alfabetização – leitura de mundo leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GANCHO, Cândida vilares. Como analisar narrativas. São Paulo: Ática, 1993.
- GARCIA, Regina leite. Alfabetização dos adultos das classes populares. 3ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- JOLIBERT, Josette et alii. Formando Crianças Leitoras. Vol 1; (trad. Bruno C. Magne). Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- _____. Formando Crianças Produtoras de Texto. Vol 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- KATO, Mary Aizawa (org.). A Concepção da Escrita pela Criança. – 2ª ed. – Campinas: Pontes, 1992.
- KAUFMAN, Ana María. A Leitura, a Escrita e a Escola: uma experiência construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- KRAMER, S. & LEITE, M. (Orgs). Infância: Fios e Desafios da Pesquisa. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (p. 57-72).
- LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos Meios Populares – as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.
- PILLAR, Analice. Desenho e construção de conhecimento na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 (p. 17-23 e 44-51).
- SOARES, Magda. Linguagem e Escola – uma perspectiva social. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. Letramento – um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- SOUZA, Solange J. Infância e linguagem – Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas, SP: Papyrus, 1997 (p.19-28).
- TEBEROSKY, A. & TOLCHINSKY, L. Além da Alfabetização – A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 3ªed. São Paulo: Ática, 1997. (p.31-45).
- _____. & CARDOSO, B. Reflexões sobre o Ensino da Leitura e da Escrita. 8ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- TFOUNI, Leda. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1997.
- VANUCCHI, A. (Org) & SANTOS, V. Paulo Freire ao Vivo – gravação de conferências com debates realizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (1980 – 1981). São Paulo: Loyola, 1983.

Disciplina: Avaliação Educacional

Carga Horária: 45h

Créditos: 3.0.0.0.0

Ementa:

Contextualização histórica das propostas de aferição de resultados à aprendizagem



do educando. Critérios de avaliação escolar sob o prisma legal, conforme LDB. Proposta de avaliação nas diversas correntes e linhas pedagógicas. Avaliação enquanto processo de formação e reelaboração da práxis pedagógica. Avaliação do sistema de ensino e avaliação da aprendizagem, tendo como bases o resultado e/ou o processo. A avaliação na perspectiva da participação.

Bibliografia Básica:

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1996.
PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. (org.). Avaliação: Políticas e práticas. Campinas, Papirus, 2004.
_____. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas, Papirus, 2004.

Bibliografia Complementar

AEC. Avaliação: novos paradigmas. Revista de Educação. Brasília. N. 94. ano 24. jan/mar. 1995.
BONDIOLI, Anna, BECCHI, Egle. (orgs.). Avaliando a pré-escola: uma trajetória de formação de professores. Trad. Fernanda Landucci Ortale e Ilse Paschoal Moreira. Campinas, SP. Autores Associados, 2003.
DEMO, Pedro. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Poero Alegre. Mediação, 2004.
_____. A nova LDB: ranso e avanços. Campinas, Papirus, 1997.
HOFFMANN, J.M.L. Avaliação: mito e desafio, uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1991.
HOFFMANN, Jussara. A avaliação na Pré-Escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.
SILVA, Isabel de Oliveira. Avaliação do curso regular para qualificação profissional do educador infantil de creche/similar (nível 1º grau), integrado a cursos supletivo de ensino fundamental (5ª a 8ª série). Escola Municipal Caio Líbano Soares de Estudos Supletivos. Projeto formação do educador infantil de Belo Horizonte. Belo Horizonte: FCC/PMBH/ IRHJP/AMEPPE, 1997, mimeo.
SILVEIRA FILHO, Noemio Xavier. Avaliação do enfoque dominante de currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. IN: Educação e Avaliação. São Paulo: Cortez, 1982, p.100-123.
SOUSA, Clariza Prado (org.) Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas, SP. Papirus, 1991.

Disciplina: Fundamentos da Educação Especial na perspectiva da Inclusão

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0.0

Ementa:

Aspectos históricos e legais da educação especial no Brasil e no mundo. As diferentes necessidades educativas especiais e a organização do espaço escolar, tendo em vista o acolhimento e a socialização do aluno com deficiências específicas,

sejam elas de cunho neurológico, físico e/ou psicológico. Diversidade e pluralidade. As concepções de educação especial e suas implicações nas práticas pedagógicas. A educação especial na perspectiva da escola inclusiva.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Ligia Assumpção. Pensar as diferenças/deficiência. Brasília: Corde, 1994.
BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ieda Mara (org.). Um olhar sobre a diferença. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
FERREIRA, Júlio Romero. Exclusão da diferença. Piracicaba: Editora da Unimep, 1993.
VASH, Carolin L. Enfrentando a deficiência. São Paulo: Pioneira, 1988.

Bibliografia Complementar

ANPED. Relatório das atividades desenvolvidas pelo GT Educação Especial durante a XIV Reunião anual. São Paulo, 1981.
BRASIL – secretaria de Educação Especial. Conjunto de materiais para capacitação de professores: necessidades na sala de aula. Secretaria de Educação Especial. Trad. Ana Maria Isabel da Silva. Reimp. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
DEMO, Pedro. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Poero Alegre. Mediação, 2004.
_____. A nova LDB: ranso e avanços. Campinas, Papyrus, 1997.
IANNI, Octavio. A sociedade Global. São Paulo: Brasiliense, 1992.
LEVY, As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Ed. 34. Rio de Janeiro: 1993
MAZZOTTA, Marcos J. Silveira. Fundamentos de Educação Especial. Série Caderno de educação. São Paulo: Pioneira. 1997.
PIAGET, J. A epistemologia genética. In: Piaget, J. Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978ª.
_____. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho e representação. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.
WEIL, Piere. O corpo fala. Petrópolis: Vozes, 1974.
YAZLLE, C.H. A Inserção da Criança portadora de paralisia cerebral na creche ou pré-escola. Projeto de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP: 1997.

Disciplina: LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

Carga Horária: 60h

Créditos: 1.3.0.0.0

Ementa:

Língua Brasileira de Sinais - Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilingue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental. Aprendizado da Libras

Bibliografia Básica:

COSTA, Juliana P. Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.
FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso

básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.
GESUELI, Zilda Maria. A criança não ouvinte e a aquisição da escrita. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, 1988.
QUADROS, Ronice Muller de e SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MEC Lei 10436 de 24 de abril de 2002.
BRASIL. MEC Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.
GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo, Plexus, 1997.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GÖES, Maria Cecília Rafael de (orgs). Surdez, processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.
LEITE, Cláudia Aline Zucchi. As marcas de autoria na escrita do sujeito surdo. Monografia. Curso de Letras. MT, UNEMAT, 2008/01.
MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.
PERLIN, Gladis. As diferentes identidades surdas. Revista da Feneis. Rio de Janeiro, ano 4, nº 14, p.15-16, abr.2002.
STROBEL, Karin Lilian e FERNANDES, Sueli. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
QUADROS. R. M. e PERLIN, Gladis. (Orgs.) Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis, PR: Edit. da UFSC, 2008.
FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1997.
FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Disciplina: Fundamentos Educação Infantil

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0

Ementa:

História e concepções de infância. Infâncias no Brasil: afrodescendente, indígena e europeia. A criança como sujeito de direito. Fundamentos legais que referenciam a organização, gestão e prática pedagógica das instituições de educação infantil. Processo histórico da educação infantil no Brasil. Concepção de educação infantil. O desenvolvimento integral da criança como finalidade da educação infantil. Funções da educação infantil: educar e cuidar de crianças e bebês, atendendo suas necessidades e promovendo a sua autoestima. Trajetória histórica da formação do professor de



educação infantil, sua relação com os modos contemporâneos de viver a infância nos diferentes espaços sociais e questões de gênero. Objetivos e avaliação na Educação Infantil. Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

- ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Afiliada, 1978.
- BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação. Lei n 4.155/98.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n 9.394/96.
- FONSECA, C. & CARDRELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. Porto Alegre: PPGAS, Revista Horizontes Antropológicos/ ano1/n.01/1995.

Bibliografia Complementar

- KUHLMANN, Moysés Jr. Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SARMENTO, Manuel J. & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. Lisboa: Instituto Inovação cultural, 2000.

Disciplina: LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA.

Carga Horária: 60h

Créditos: 4.0.0.0.0

Ementa: Estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, através da leitura e análise de obras. A relação das obras estudadas com o período estético, com as demais literaturas do cânone universal, com as outras artes e com o contexto social, filosófico e histórico.

Bibliografia Básica:

- GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Classes, Raça e Democracia. São Paulo, 34 ed., 2002.
- MIA COUTO. *Terra Sonâmbula*. Nova Fronteira
- SANTILLI, M. A. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.
- ANDRADE, M. P. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- _____. *Antologia temática de poesia africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- BERND, Z. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo.

Bibliografia complementar

- ADONIAS FILHO. *Luanda Beira Bahia*.
- CARVALHO, Ruy Alberto Duarte Gomes de. *Chão de oferta*.
- _____. *Ana a Mmanda, os filhos da rede*.



COSTA ANDRADE, Fernando. *Poesia com Armas*.

_____. *Os sentidos da Pedra*.

CHAVES, Rita. *A Formação do Romance Angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Via Atlântica. CRUZ, Viriato Clemente da. *Poemas*.

D'ALMEIDA, Evaristo. *O Escravo*.

Gosto de África. Contos e mitologia africana. São Paulo. Selo Negro.

FERREIRA, Manuel. *50 Poetas Africanos*. Lisboa: Plátano, 1989.

: Hucitec, 1979.

RAMOS, Péricles Eugenio da Silva. *Poesia Moderna—Antologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SANTOS, Arnaldo Moreira dos. *Kinaxixi*. (contos).

_____. *Fuga*. (poemas)

_____. *Tempo de munhongo*. (crônicas)

_____. *Um Rio Chamado Tempo, uma casa chamada Terra*. Companhia das Letras.

PEPETELA. *A Geração da Utopia*. Editora Nova Fronteira.

_____. *As Aventuras de Ngunga*.

_____. *O desejo de Kianda*.

RUY DUART. *Vou lá visitar Pastores*.

VIEIRA, Jose Luandino. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. Lisboa, Edições 70.



10. CAPÍTULO - REGIME ESCOLAR ADOTADO

REGIME ESCOLAR ADOTADO
NOMENCLATURA DO CURSO: Segunda Licenciatura em Pedagogia.
NÚMERO DE VAGAS DO CURSO: O curso oferece 60 (sessenta) vagas
REGIME: Parceladas Presencial (meses de julho, janeiro e fevereiro)
FUNCIONAMENTO: Matutino e Vespertino.
CARGA HORÁRIA: 1290 (Mil e duzentos e noventa) horas.
DIMENSÃO DAS TURMAS: Turma única
HABILITAÇÃO: Pedagogia
CARGA HORÁRIA TOTAL: 1290 (Mil e duzentos e noventa) horas
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: de no mínimo 2 (dois) e máximo 4 (quatro) semestres
PERÍODO: 2016/2 a 2018/2
LOCAL: Campus Universitário do Médio Araguaia/ Núcleo Pedagógico de Confresa
INGRESSO: Seletivas especiais, ou seja, todo processo segue critérios adotados pelo Ministério da Educação, uma vez que, são Licenciaturas oferecidas para atender a demanda de professores da rede pública que não tem formação em nível superior como exige a LDB, para professores que possuem a 1ª Licenciatura e atuam em áreas diferentes, e ainda, para professores que necessitam da formação pedagógica por atuarem na docência com titulação em bacharelado.
DIRIGENTES: Reitora Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo. Vice Reitor: Prof. Ms. Ariel Lopes Torres. DPPF do Campus Univ. do Médio Araguaia: Prof. Ms Luiz Antonio Barbosa soares



12. CAPÍTULO - DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA

DO USO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E PERIÓDICOS DISPONÍVEIS PARA CONSULTA.

Instalações Físicas e Formas de Utilização

A biblioteca do presente curso funcionará no Núcleo Universitário de Confresa. O acervo específico e atualizado da área de História foi acrescentado, conforme plano de trabalho do curso, para compor a mesma.

Durante as Etapas Letivas são realizados empréstimos individuais, devidamente registrados em livro de controle.

Os representantes dos acadêmicos, por município fazem o levantamento das necessidades dos acadêmicos e o empréstimo é feito ao coletivo. O representante dos acadêmicos fica responsável pela devolução dos livros, periódicos e CDs ,fitas de vídeo junto ao acervo da biblioteca nos prazos estipulados e acordados.

Do Atendimento Itinerante

Os acadêmicos dos cursos de 2ª licenciatura em Pedagogia do Programa Parceladas dispõem do acervo bibliográfico da biblioteca itinerante localizada na Sede do Programa em Cáceres.

O empréstimo dos livros para o Curso em questão ocorrerá de acordo com as disciplinas que compõem cada Etapa Intensiva, conforme a necessidade e normativas acadêmicas.



*DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO
NÚCLEO PEDAGÓGICO DE CONFRESA*

Levantamento bibliográfico da área de		Exemplares
Letras	Títulos	
Língua Portuguesa	-	-
Fonética	15	30
Fonologia	15	30
Diacronia do Português	09	28
Morfologia	10	29
Sintaxe	15	50
Semântica e Estilística	01	01
Língua Latina	03	71
Teoria da Literatura	27	28
Literatura latina	07	07
Literatura Brasileira	150	153
Literatura Portuguesa	03	03
Linguística	34	45
Sociolinguística	05	16
Psicologia da Educação	08	11
Didática	08	10
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau	01	01
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	-	-
Metodologia do Ensino da Literatura	-	-
Redação Científica	-	-
Sociologia	02	04
Filosofia	26	26
Educação Física	07	11
Semiótica	-	-
Literatura Latino Americana	07	07



Inglês Instrumental	-	-
Produção de Textos	04	07
Língua Inglesa	17	25
Análise do Discurso	-	-
Literatura Infantil	13	24
Literatura Americana	54	54
Revistas Específicas da Área	-	-

Levantamento bibliográfico da área de	Títulos	Exemplares
História		
Introdução ao Estudo de História	07	12
História Antiga	10	12
Introdução à Antropologia	02	02
Educação Física	08	12
Língua Portuguesa	50	168
Introdução à Metodologia Científica	05	06
Teoria e Método da História	52	60
Antropologia Cultural	01	01
História Medieval	06	06
Introdução à Filosofia	02	02
Introdução à Sociologia	28	38
História Moderna	26	27
História da América	21	23
História do Brasil	118	131
Introdução à Arqueologia	-	-
Estrutura Funcional do Ensino Fundamental e Médio	01	01
História Contemporânea	19	19
História Regional	-	-
Psicologia da Educação	08	11
Didática	08	10
Teoria e prática do Ensino da História	08	08



Introdução à Ciência Política	-	-
História da África	01	01
Geografia Humana e Econômica	20	21
Filosofia da História	-	-
História Econômica	01	01
Revistas Específicas da Área	-	-



13- CAPÍTULO- AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

HISTÓRICO DA AUTO-AVALIAÇÃO NA UNEMAT

A avaliação institucional na UNEMAT surge com a implantação do Programa de Avaliação Institucional para a Educação Superior - PAIUB. Em 1993, por iniciativa das universidades (ANDIFES, ABRUEM e outras representações) foi elaborada a proposta do PAIUB e encaminhada ao MEC para operacionalização. Em 1994, o MEC enviou uma carta-convite para todas as instituições elaborarem os seus projetos de avaliação e por adesão voluntária participarem do PAIUB, as universidades que aderissem ao PAIUB receberiam recursos financeiros para desenvolvimento do Projeto de Avaliação Institucional.

Em 1997 foi composta a primeira Comissão Central de Avaliação Institucional do Programa de Avaliação Institucional da UNEMAT - PAIUNEMAT. A metodologia foi elaborada para atingir a comunidade acadêmica dos diversos *campi*. Assim, foram criadas nos *Campi* comissões de avaliação compostas pelos diversos segmentos com a função de provocar discussões sobre a avaliação institucional na Universidade. O objetivo era criar uma cultura de avaliação em todos os setores. Para tanto, o fundamento era a participação de todos os sujeitos em todos os momentos da avaliação.

Em junho de 1997, acontece o primeiro Seminário de Avaliação Institucional da UNEMAT, com o envolvimento de toda comunidade acadêmica interna e externa, cujo objetivo era fazer chegar a todos os segmentos a proposta de Avaliação Institucional do PAIUNEMAT.

A concepção que sustenta o processo de avaliação institucional da UNEMAT, desde o seu início, está calcada na avaliação participativa, democrática e processual. Busca assim, desenvolver dentro da Universidade a cultura da avaliação, que assim pensada não tem fim em si mesma, mas é um ato político, que procura oportunizar que todos participem do processo, investindo na tomada de decisão a partir dos dados coletados. No seu início a metodologia que orientou a proposta estava sustentada pelo PAIUB. Assim, o projeto era organizado em seis etapas: Socialização e Sensibilização,



Diagnóstico, Auto-avaliação interna, Avaliação externa, Reavaliação interna e Realimentação e Difusão.

Em novembro/1997 aconteceu o I Fórum de Avaliação Institucional com representantes de toda a comunidade acadêmica da Sede e dos *campi* da UNEMAT para traçar as diretrizes do diagnóstico que coletaria as informações da comunidade acadêmica, com o objetivo de descrever a situação atual de cada curso e demais instâncias.

Em março de 2002, o PAIUNEMAT foi integrando ao organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Em julho deste mesmo ano foi publicado o primeiro relatório Síntese de Avaliação Institucional, com a análise dos dados/opiniões coletados em 1999. Esse momento foi considerado um marco na historicidade da UNEMAT e um ponto de referência no processo da Avaliação Institucional.

Em 2004, em atendimento às exigências do INEP/MEC houve uma reestruturação da proposta de avaliação que estava sendo executada aos princípios do SINAES, deu-se início à implantação da Comissão Própria de Avaliação – CPA com a composição de seus membros, conforme orientação do INEP. Tendo em vista que o processo de avaliação já vinha acontecendo através da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAVI), responsável para coordenar as atividades avaliativas na UNEMAT, passou-se a desenvolver um trabalho conjunto entre COAVI e CPA. A primeira ficou responsável pela coordenação do processo e a segunda, responsável pelo acompanhamento e deliberação das ações.

Em 2005, foi elaborado um novo “Planejamento de Auto-Avaliação”, dentro das orientações do SINAES. Esse documento institucional prevê a auto-avaliação na instituição em dois níveis. No primeiro, o estudo avaliativo sobre a formulação e implementação das políticas universitárias. No segundo, a coleta de dados junto à comunidade universitária (alunos, professores e servidores). Nos dois níveis procurou-se avaliar e/ou contemplar no processo todas as dimensões da Universidade (gestão, ensino, pesquisa, extensão, planejamento, etc.), conforme sugere o Roteiro de Auto-Avaliação publicado pela CONAES/SINAES/INEP. Nesse mesmo ano foi realizada nova coleta de dados,



que culminou na publicação do 3º Relatório de Avaliação Institucional, publicado no ano de 2007.

A UNEMAT vem construindo a cultura da auto-avaliação em todas as atividades que desenvolve. Avançamos ainda mais com o aperfeiçoamento dos mecanismos de coleta de dados e a ampliação dos espaços democráticos participativos com as equipes das diversas instâncias/setores da Instituição se envolvendo na discussão dos dados e na elaboração de relatórios parciais sobre a formulação e implementação de políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, acreditamos que o objetivo central do processo de auto-avaliação é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

Relatório de auto-avaliação da UNEMAT 2012 encontra-se em anexo.



14.DESCRICÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

AS INSTALAÇÕES FÍSICAS ESTÃO DISTRIBUÍDAS DA SEGUINTE
MANEIRA:

Sala da Coordenação Pedagógica

- 02 armários de mdf (marcaMilan)
- 01 mesa de fórmica para computador com uma cadeira (marca Milan)
- 01 monitor
- 01 CPU
- 01 mouse
- 01 teclado
- 01 mesa de madeira com oito cadeiras
- 01 bebedor com um vasilhame de 20 lts.
- 01 perfurador de papel
- 01 jogo de sofá
- 01 caixa de som

Sala da Coordenação Administrativa

- 02 escrivaninhas
- 02 Cadeiras
- 01 jogo de cadeiras (3 e 6 assentos)
- 01 monitor
- 01 CPU
- 01 mouse
- 01 teclado
- 01 ar condicionado Samsung
- 01 armário de mdf
- 01 impressora HP Deskjet 2050 J510 series
- 01 impressora Xerox Phaser 3125 PCL 6
- 01 grampeador marca Edgle



Sala de Reunião Pedagógica

- 03 armários de mdf marca Milan
- 02 mesa de fórmica para computador com uma cadeira (marca Milan)
- 02 monitor
- 02 CPU
- 02 mouse
- 02 teclado
- 01 mesa de madeira com oito cadeiras
- 01 bebedor com um vasilhame de 20 lts.
- 01 perfurador de papel
- 01 jogo de sofá de cinco assentos
- 01 caixa de som
- 01 banheiro

Área coberta

- 01 mesa grande de madeira
- 08 cadeiras de madeira
- 01 TV Philips
- 01 bebedor

Sala de aula 01

- 01 mesa madeira
- 01 cadeira
- 50 carteiras de madeiras
- 01 ar condicionado Samsung
- 01 quadro para giz brnaco

Sala de aula 02

- 01 mesa madeira
- 01 cadeira
- 50 carteiras de madeiras
- 01 ventilador de parede
- 01 quadro para giz branco



Sala de aula 03

- 01 mesa madeira
- 01 cadeira
- 01 ventilador de parede
- 28 mesas mdf
- 01 giz branco
- 28 cadeiras almofadas cor azul
- 01 quadro negro

Auditório

- 01 mesa de madeira
- 01 cadeira de madeiras
- 20 conjunto de cadeiras almofadas cor azul com 3 lugares
- 02 ar condicionado Samsung
- 01 quadro para giz branco
- 02 lixeiras pequenas

Secretaria da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

- 01 mesa pequena mdf
- 01 cadeira almofadada
- 01 mesa grande de madeira
- 08 cadeiras de madeiras

01 Banheiro feminino

01 banheiro masculino

Sala de atendimento da biblioteca (empréstimo de livros)

- 01 mesa pequena de mdf
- 02 mesas para computador mdf
- 05 prateleiras de madeiras
- 10 prateleiras de aço
- 01 ar condicionado Samsung
- 02 CPU



- 02 teclados
- 02 cadeiras
- 01 armário de aço
- 01 som Toshiba
- 01 estabilizador
- 01 impressora HP deskejet F4180
- 02 caixinhas de som epcom
- 02 mouse
- 02 lixeiras pequenas

Sala de estudo (pesquisa)

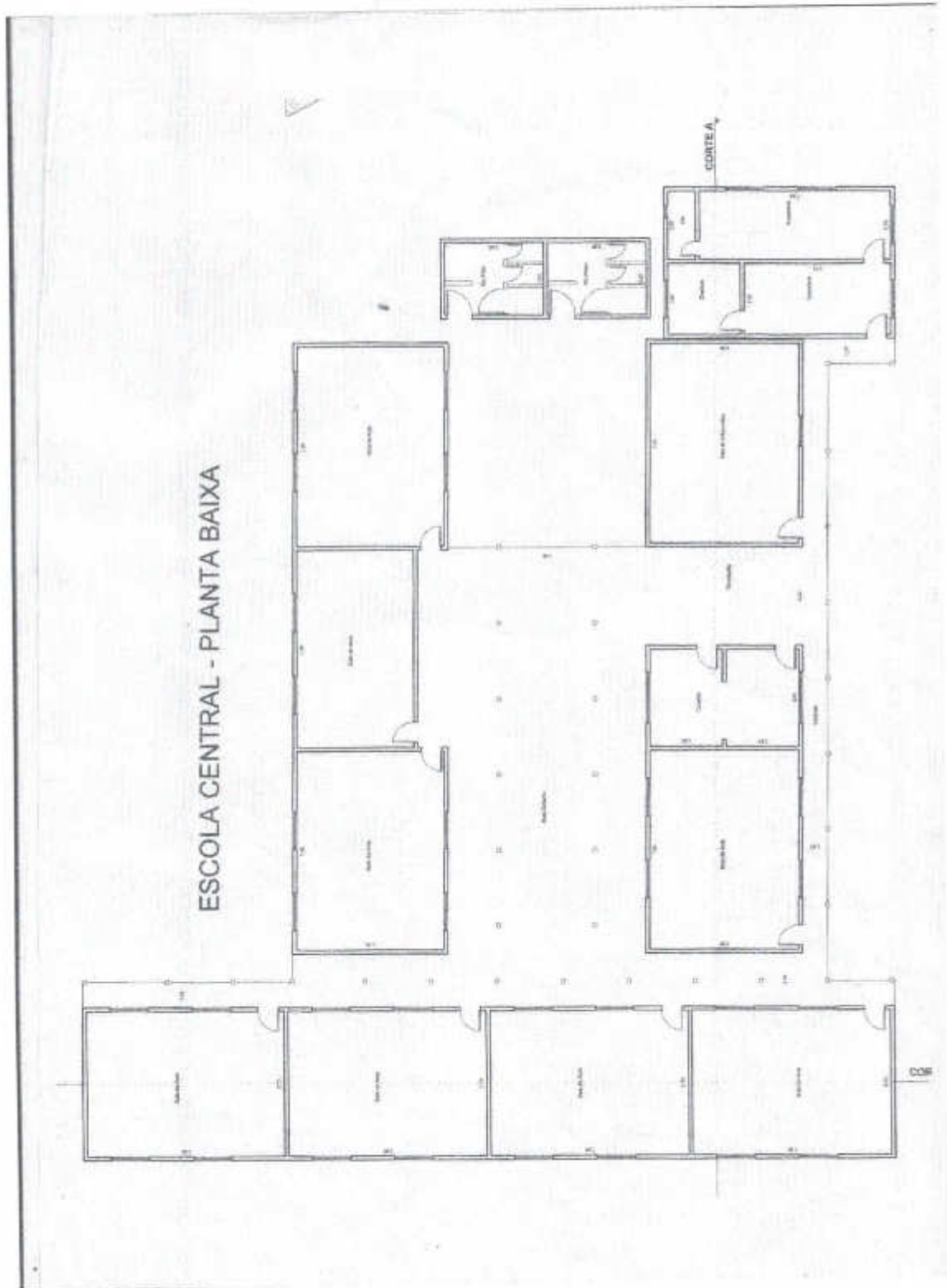
- 07 mesas redondas mdf
- 56 cadeiras almofadadas cor preta
- 08 mesas retangulares de mdf
- 08 cadeiras de plásticos
- 01 armário de mdf
- 01 ventilador de parede
- 01 ar condicionado Samsung
- 01 TV Cce
- 01 lixeiras

Cozinha da UNEMAT

- 01 mesa de madeira pequena
- 01 pia inox com armário marca Colormaq
- 01 fogão de quatro bocas marca Dako
- 01 tanque



PLANTA BAIXA NÚCLEO PEDAGÓGICO DE CONFRESA



Rua JK, s/n, Centro
Tel.: (66) 3564-1431

Site: www.unemat.br/ - e-mail: nucleoconfresa@unemat.br



15- CAPÍTULO- LABORATÓRIO DE MULTIMÍDIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO MÉDIO ARAGUAIA

NÚCLEO PEDAGÓGICO CONFRESA CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

I – OBJETIVO GERAL:

Montar um Laboratório de Multimídia que dê suporte tecnológico às atividades disciplinares e interdisciplinares dos/as alunos/as, professores/as e servidores/as técnico - administrativos/as do Curso de Licenciatura Plena em Letras, que vem sendo realizado no Núcleo Pedagógico de Confresa-MT – Campus Universitário Médio Araguaia.

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

O laboratório de multimídia servirá aos seguintes propósitos:

- Prioritariamente dar suporte tecnológico às atividades disciplinares e interdisciplinares do Curso de Licenciatura Plena em Letras e demais cursos do Núcleo Pedagógico de Confresa ;
- Oferecer os mesmos serviços a outros cursos da UNEMAT, resguardando a primazia do referido curso acima, e especialmente após a sua conclusão;
- Promover cursos de manuseio e instrumentalização da multimídia;
- Fornecer suporte tecnológico às redes municipal e estadual de educação;



- Desenvolver competências lingüísticas em Língua Inglesa e Espanhola com aplicação em situações de comunicação profissional e acadêmica;
 - Proporcionar um espaço de intercâmbio cultural e Lingüístico;
 - Fomentar a investigação na área de línguas;
 - Difundir a realização de trabalhos de âmbito acadêmico;



III – JUSTIFICATIVA:

Laboratório de Multimídia é um conglomerado de equipamentos ou aparelhos de multimídia no espaço físico de uma sala, aparelhos esses de som e imagem, para acesso do/a aluno/a, do/a professor/a e servidor/a técnico-administrativo/a à cultura universal. Essa acessibilidade à cultura se dá por meio do uso orientado de cada um dos aparelhos. Exemplo disso, o computador com internet, na consulta de sites especializados nas mais variadas ciências e tecnologias e dos mais variados temas e informações, para a constante aquisição de conhecimentos por parte do aluno/a, e a conseqüente atualização sobre o que ocorre amplamente no mundo e, mais estritamente nas áreas das ciências e tecnologias. Ainda o computador, utilizado para a redação de textos, confecção de gravuras, impressão de produções várias, como materiais didático-pedagógicos e outros. Também o aparelho para audição e gravação de textos orais de autoria do aluno/a ou de outra autoria; o *data show* para projeção de conteúdos disciplinares em forma de textos escritos, de fotos, de desenhos, de mapas, esquemas ou figuras outras, e de filmes ou documentários ou trechos destes, instrumento, portanto, quase indispensável nas aulas, palestras, seminários, congressos e outros.

Pode-se dizer que, em termos de acessibilidade do/a aluno/a à tradição cultural da humanidade, a Pedagogia Crítica Social dos Conteúdos realiza num laboratório de multimídia como esse um dos seus principais objetivos. Se a acessibilidade está em grande parte ou quase totalmente garantida ao aluno/a, contudo ainda falta o sujeito dessa acessibilidade para que ela seja crítica – é a figura do/a professor/a. Personagem imprescindível para a orientação dos/as alunos/as na escolha mais direta e objetiva dos sites especializados e de caráter científico, na dosagem do uso do aparelho de multimídia como recurso didático; sempre valorizando os sujeitos numa relação intersubjetiva com o objeto do conhecimento, e nunca suprimindo o ser humano em função do instrumento midiático.



O laboratório de multimídia vem ao encontro, mais especificamente, de alguns dos objetivos da UNEMAT, como instituição investida da missão educadora no Estado de Mato Grosso, como:

Estimular o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo e difundir os conhecimentos por todos os meios que estejam ao alcance da Universidade;

✓ Motivar e informar os usuários acerca da relevância cultural e linguística das línguas e práticas pedagógicas enquanto veículos privilegiados no diálogo e interação entre povos;

✓ Promover a divulgação de conhecimento utilizando multimeios de comunicação do saber, garantindo o acesso ao conhecimento cultural científico e a participação de toda a população no processo de desenvolvimento social, com perspectiva à melhoria da qualidade de vida;

✓ Suscitar as vontades e iniciativas que conduzam à busca permanente do aperfeiçoamento profissional e cultural;

✓ Promover a extensão dos conhecimentos produzidos na Universidade à comunidade externa.

✓ Estender à sociedade serviços especializados indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa;

✓ Estabelecer uma relação de reciprocidade instituição-comunidade, visando à contínua adequação dos demais objetivos.

O Programa Parceladas, modalidade diferenciada de ensino da UNEMAT, no escopo de atender às escolas do ensino fundamental e médio por meio da formação de professores, vai para onde elas estão e se estabelece nas mais distantes regiões do Estado, interagindo e dialogando com diferentes saberes e formas diversas de ler o mundo. Assim, vai construindo em cada Campus uma proposta curricular concreta, adequando-se às situações e possibilidades determinadas. Este modo de ser das Parceladas apresenta-a com potencialidade para constantes mudanças, adaptações e criatividade onde ela se faz presente; qualidades inerentes à revolução midiática que se processa em nossos dias. Essas qualidades definem a condição essencial do Programa Parceladas: a disposição dos que trabalham nele de serem sujeitos nessa construção. Professores e alunos convivem não mais numa relação de ensino-aprendizagem, mas na relação intersubjetiva com o objeto de



conhecimento. O professor interage com o aluno na investigação científica, na busca do conhecimento que está aí – no mundo real, e por meio da multimídia expandem virtualmente a sua visão de mundo; e juntos constroem a ferramenta, o instrumento, a tecnologia para a transformação de sua realidade local.

Nesta perspectiva o Programa Parceladas realizou no Núcleo Pedagógico de Confresa cursos de Letras com habilitação nas línguas inglesa e respectivas literaturas, e habilitação em língua espanhola e respectivas literaturas propondo-se ao ensino de língua inglesa, língua Espanhola e suas respectivas literaturas, dos estudos lingüísticos e literários em geral, fundamentando-se nos seguintes aspectos:

- ✓ Fornecer bases teóricas para a compreensão do processo educacional tendo em vista a construção da práxis pedagógica;
- ✓ Propiciar o domínio dos conceitos fundamentais das áreas que abrangem as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio;
- ✓ Apresentar e problematizar as diversas concepções do ensino relativas às áreas de linguagens.

A esses aspectos, o laboratório de multimídia vem contribuir em dar respostas positivas, ao fornecer suporte na pesquisa teórica, no aprofundamento conteudístico das disciplinas, na elaboração e reelaboração de textos e materiais em geral da práxis didático-pedagógica. E de modo particular no ensino de língua espanhola ou outra língua estrangeira, o laboratório propicia inúmeras possibilidades de se criar contextos de aquisição de conhecimento de língua, em que se desenvolve a fluência e o domínio das estruturas lingüísticas.

O Laboratório de Multimídia é, portanto, um provedor de recursos e serviços apropriados para realização de aulas, de estudos, pesquisas, e trabalhos de caráter científico, tendo seus equipamentos como ferramentas e suportes técnicos para o Curso de Licenciatura Plena em s especificamente, bem como para todos os cursos da UNEMAT.



IV – DESCRIÇÃO FÍSICA DO LABORATÓRIO DE MULTIMÍDIA:

O Laboratório de Multimídia é constituído fisicamente de uma sala de aula, contendo aparelhos de multimídia.

Dimensão da sala de aula: 15 metros de comprimento, por 9 metros de largura, 125 m² de área total.

Observação: A sala de aula para o Laboratório de Multimídia será disponibilizada pelo Núcleo Pedagógico de Confresa – UNEMAT, quando os aparelhos de multimídia mencionados abaixo forem adquiridos.

Aparelhos de multimídia e de suporte:

- 1 unidade do Quadro Branco – Vidro;
- 30 unidades de Cadeiras escritório;
- 15 unidades de Mesa escritório;
- 16 unidades de No-break 700VA;
- 30 unidades de Computador: Processador 2.0GHZ, Intel, Motherboard (775) Memória RAM de 1GB DDR2, HD 160 GB Sata, gabinete torre 4 baias preto, com fonte, drive de CR-DVD – gravador sata, monitor de 15" LCD widcreen, preto, caixa de som 1W RMS preto, teclado slim (ps2) preto, mouse (ps2) óptico preto;
- 1 unidade de Computador: Processador 2.2GHZ, Intel core 2 duo, E-8400 Motherboard (775) Memória RAM de 2GB DDR2, HD 320 GB Sata 7200 RPM, gabinete torre 4 baias preto, com fonte, drive de CR-DVD – gravador sata, monitor de 18,5" LCD widcreen, preto, caixa de som 1W RMS preto, teclado slim (ps2) preto, mouse (ps2) óptico preto;
- 1 unidade de Tela de Projeção retrátil elétrica: acionamento por controle remoto;
- 1 unidade de Data Show – mínimo de 2000 Lumens;
- 1 unidade de Aparelho de DVD – com leitor USB;



OBS.: todos os produtos acima deverão ter obrigatoriamente garantia do fabricante de no mínimo 01 (um) ano.

V – NORMA DE USO DO LABORATÓRIO DE MULTIMÍDIA:

Por ser o presente projeto, uma proposta de criação de um Laboratório de Multimídia, portanto algo mais amplo do que o já existente no Núcleo Pedagógico de Confresa; pretende-se reelaborar o Regimento Interno do Laboratório de Multimídia presente no corpo deste Processo, nas partes que se fizerem necessárias; adaptando-o para o melhor modo de atendimento possível aos alunos/as, aos professores/as e aos servidores/as técnico-administrativos/as.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
Faculdade Interdisciplinar do Médio Araguaia
Campus Universitário -Médio Araguaia- Núcleo Pedagógico Confresa
CAPES - PARFOR / PROGRAMA EMERGENCIAL DE 2ª LICENCIATURA



UNEMAT - DGFSP	
Fls. nº	Rubrica
300	J



OFÍCIO Nº 007/2016

Cáceres - MT, 09 de novembro de 2016.

DA: FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA

PARA: PROEG – DIRETORIA DE GESTÃO DE GRADUAÇÃO FORA DE SEDE E PARCELADAS

ASSUNTO: ENCANINHAMENTO DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – 2ª HABILITAÇÃO, NÚCLEO DE CONFRESA

Prezado Senhor,

A Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia vem através do presente, encaminhar o processo 007/2016 que trata da institucionalização do curso de Licenciatura em Pedagogia – 2ª habilitação do núcleo pedagógico de Confresa, para os devidos encaminhamentos.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Profª. Drª. Kelli Cristina Ap. Munhoz Moreira
Diretora da Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia

Profª. Drª. Vera Lucia da Rocha Maquêa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Unemat – Sede Administrativa

**PARECER Nº 007/2016 – AD REFERENDUM- FACULDADE MULTIDISCIPLINAR
DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MEDIO ARAGUAIA**

ASSUNTO: Processo de Solicitação de Institucionalização do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 2ª Habilitação, ofertado no Núcleo Pedagógico de Confresa, por meio da Faculdade Multidisciplinar do Campus Universitário do Médio Araguaia (FAMMA).

Nº DO PROCESSO: 007/2016

PARTES INTERESSADAS: Universidade do Estado de Mato Grosso
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Diretoria de Graduação Fora de Sede e Parceladas
Faculdade Multidisciplinar do Campus Universitário do
Médio Araguaia
Curso de Licenciatura em Pedagogia - 2ª Habilitação,
Confresa

HISTÓRICO: O processo nº. 007/2016 trata da Solicitação de Institucionalização do Curso de Licenciatura em Pedagogia - 2ª Habilitação, que será ofertado no Núcleo Pedagógico de Confresa a partir de 2016/2, com 60 vagas, por meio do PARFOR.

O Campus Universitário do Médio Araguaia, tem sua sede na cidade de Luciara, distante aproximadamente mil e quinhentos quilômetros da cidade de Cáceres aonde está a sede da Universidade. Este Campus iniciou com três cursos de graduação: licenciaturas em Pedagogia, Letras e Matemática, que recebeu o nome de *Projeto de Licenciaturas Plenas Parceladas*, tratava se de um programa com concepções teóricas e metodológicas próprias que orientava à formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação. Com o objetivo de melhor atender a região do Norte Araguaia, foram criados os núcleos pedagógicos de Confresa e

a região do Norte Araguaia, foram criados os núcleos pedagógicos de Confresa e Vila Rica. Desde então, este campus passou a estar presente com estrutura física e administrativa permanente nestes três locais.

O projeto tem por finalidade atender a proposta de adesão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para o Plano de Ações Articuladas (PAR) do Estado de Mato Grosso em atendimento ao Decreto Nº 6.094, de 24/04/07, que apresenta o disposto sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação

O projeto de curso apresenta um rol de disciplinas que visa atender as necessidades regionais e foi elaborado respeitando a legislação em vigor: Resolução CNE/CP 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica em nível superior e na legislação que trata especificamente dos cursos de Segunda Licenciatura (Parecer CNE/CP Nº 8/2008 de 02/12/2008; Resolução CNE nº, de 11 de fevereiro de 2009; Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009), que estabeleceram os mecanismos operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para professores em exercício na Educação Básica Pública. E as demais resoluções internas da Unemat.

ANÁLISE: Após análise do processo verificamos que a proposta do curso de Licenciatura em Pedagogia – 2ª Habilitação ofertado pela Unemat, na modalidade parcelada, como Turma Única, no Núcleo Pedagógico de Confresa com Sede no município de mesmo nome, e, verificando que a matriz curricular do curso atende a normatização nacional e o PPC obedece às normatizações internas da Unemat.

PARECER: Diante do exposto, a Presidente do Colegiado da Faculdade Multidisciplinar do Câmpus Universitário do Médio Araguaia emite *Ad Referendum* PARECER FAVORÁVEL à solicitação de Institucionalização do Curso de Licenciatura em Pedagogia – 2ª Habilitação, ofertado no Núcleo Pedagógico de






UNEMAT - DGEF	
Fls. nº	Rubrica
104	J

Confresa, por meio da Faculdade Multidisciplinar do Câmpus Universitário do Médio Araguaia.

ENCAMINHAMENTO: Encaminha-se o Processo à Diretoria de Gestão de Graduação Fora de Sede e Parceladas– PROEG/Unemat para apreciação e devidos encaminhamentos.

Cáceres, 09 de novembro de 2016.


Kelli C. Ap. Munhoz Moreira
Presidente do Colegiado
FAMMA

Parecer nº. 016/2016 –PROEG/UNEMAT

Partes Interessadas: Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg)
Assessoria de Gestão de Formação Diferenciada
Campus Universitário do Médio Araguaia
FAMMA-Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia
Coordenação Geral do Parfor

ASSUNTO: Criação e implantação do curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia, turma única, vinculado ao Câmpus Universitário do Médio Araguaia, em Confresa-MT.

HISTÓRICO – O Processo de autorização, trata da abertura do curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia, em turma única, via Parfor, no Câmpus Universitário do Médio Araguaia, município de Confresa-MT, visando suprir as necessidades da demanda emergência da formação de professores em serviços da região geoeeducacional. O Processo está instruído com o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso e Parecer do Colegiado Regional da FAMMA- Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia.

ANÁLISE – Pedagogicamente, o PPC a ser executado no curso atende às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e demais legislações vigentes, e será executado em turma única, ofertando 60 (sessenta) vagas, por meio de processo público de seleção – via Plataforma Freire. Destaca-se que o curso será oferecido na modalidade diferenciada extensiva (modular), com início previsto para o segundo semestre letivo de 2016. A carga horária total do curso é de 1.300 horas.


PARECER – Considerando que pedagogicamente o processo atende às exigências legais, a Assessoria de Gestão de Formação Diferenciada emite Parecer **Favorável** à criação e implantação do curso de 2ª Licenciatura em Pedagogia, turma única, vinculado ao Câmpus Universitário do Médio Araguaia, no município de Confresa-MT.

É O PARECER.



Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva
Assessor de Gestão de Formação Diferenciada
Port. Nº 2176/2016

Cáceres, 08 de novembro de 2016.



Prof. Dra. Vera Lúcia R. Maquêa
Pró-reitora de Ensino de Graduação
Portaria 01/2015 - UNEMAT

Ofício n.º 614/2016-PROEG

Cáceres-MT, 11 de Novembro de 2016.

A Sra.

CHRISTYANE SANTANA

Assessora Superior de Órgãos Colegiados

UNEMAT


Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la, encaminhamos para apreciação na próxima reunião do CONEPE, os PPCs dos Cursos abaixo, ligados à Diretoria de Turmas Fora de Sede e Parceladas – Modalidade PARFOR/PROEG/UNEMAT.

Curso	Protocolo	Núcleo
Licenciatura em Educação Física	567905/2016	Luciara
Segunda Licenciatura em Matemática	567913/2016	
Segunda Licenciatura em Matemática	567914/2016	Confresa
Segunda Licenciatura em Pedagogia	567915/2016	
Primeira Licenciatura em Pedagogia	567920/2016	

Sem mais para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente


Maria Izabel dos Santos
Assess. Técnica Administrativa
UNEMAT - PROEG
Portaria 2019/2015

Parecer 016/2016

Parecer Comissão de Políticas de Ensino Superior: Ofertas de vagas para ensino de graduação instituída pela Portaria N. 255/2016

Relator: Professor Tales Nereu Bogoni

PARTES INTERESSADAS

Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/PROEG

ASSUNTO

Parecer de Análise do processo de solicitação de oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia – 2ª Licenciatura à ser executado no Núcleo Pedagógico de Confresa pela – FAMMA/Faculdade Multidisciplinar do Campus Universitário do Médio Araguaia.

DOS FATOS

O campus Universitário do Médio Araguaia tem como característica básica a oferta de cursos em modalidade de turma única, preferencialmente, na modalidade semi-presencial, e com oferta de cursos não contínua.

Esta proposta desse curso que ora se apresenta de formação de pedagogos, nesse Campus, tem como objetivo atender a uma demanda de formação nessa área, além de assegurar ao Campus Universitário do Médio Araguaia a continuidade de oferta de cursos em nível superior para a grande região e para atender a demanda de formação daquela população que lá reside.

DA ANÁLISE:

Considerando que a UNEMAT não tem curso na modalidade de oferta contínua em Licenciatura em Matemática na região do Médio Araguaia;

Considerando que o Campus de Médio Araguaia tem como característica fundamental ofertar cursos na modalidade de oferta não contínua;

Considerando que o curso de Licenciatura em Pedagogia visa a atender a uma demanda de formação em toda a região do Médio Araguaia, e esta formação fortalece o processo de qualificação dos professores em exercício da região e, conseqüentemente, da melhoria de qualidade de formação dos alunos do ensino médio.

DO PARECER

Em face do exposto, esta comissão exara parecer **favorável** a aprovação do curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus do Médio Araguaia, na forma presencial de oferta não contínua.

É o parecer.

Cáceres, 17/11/2016



Tales Nereu Bogoni
Relator